

Açúcar, Escravidão e Chefes de Domicílio: Campinas, 1765 a 1829.

Paulo Eduardo Teixeira¹

1 - INTRODUÇÃO

Em meados do século XVIII, a fronteira sul do Brasil era a região mais vulnerável aos possíveis avanços dos espanhóis. O reconhecimento dessa fragilidade foi acompanhado de medidas que restauraram, em 1765, a autonomia administrativa da Capitania de São Paulo, conforme atestaram os estudos de Nanci Leonzo e Heloisa Bellotto.²

A preocupação em estabelecer uma população estável nessa região passou por propósitos claramente militares, constituindo a reorganização das tropas de auxiliares e de ordenanças, bem como a fundação de novos povoados e vilas, tal como o Iguatemi, indícios claros desse projeto militar.³

O assentamento de pessoas em núcleos populacionais sólidos seria a maneira única, no entender da Metrópole, de se obter os necessários meios para o fortalecimento das tropas de infantaria e cavalaria, fossem elas de voluntários ou pagas.

Para as tropas pagas, além do soldo, havia privilégios outorgados aos integrantes desse corpo militar; no entanto, foram esses “privilégios” — típicos de uma

¹ O autor é doutorando em História Econômica pela FFLCH da USP, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Hideiki Nozoe, e bolsista pela FAPESP.

² LEONZO, Nanci. *As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Matheus*. São Paulo: Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da USP, 1977. (Coleção Museu Paulista, série de História, v.6).; BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775)*. São Paulo: Secretaria Estadual da Cultura, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

³ LEONZO, Nanci. *Idem*, pp. 178-181, 217-220.

sociedade estamental — que atraíram a “melhor gente” da terra para se incorporar às tropas de auxiliares que eram de voluntários.⁴

Apesar do significado militar que envolveu inicialmente a restauração da Capitania, devemos ressaltar os demais aspectos diretamente relacionados às ordens emanadas da Corte. Notemos o que o governador empossado, D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, mencionou aos seus superiores em cartas a eles enviadas:

Entre as ordens de mayor concideração que V. Ex.^a foi servido expedir-me da parte de S. Mag.e. que Deos guarde, nas instrucções que me deregio em vinte e seis de Janeiro do anno passado de 1765, he sem duvida, se me não engano, o consolidar os Dominios deste Estado do Brazil, não só emquanto a sua defesa, e segurança, mas emquanto a Economia interior do mesmo Estado.⁵

O texto é bem claro e não deixa dúvidas: o objetivo principal da restauração era “consolidar os Dominios”. A defesa militar foi necessária não por si mesma, mas enquanto parte de uma estratégia em assegurar o povoamento, sem o qual uma política econômica não teria efeito. Outra carta demonstra que as atitudes do Morgado eram de submissão ante os planos metropolitanos:

Dezejando de algum modo dar Providencia para remediar a pobreza desta Capitania, tenho procurado por todos os modos, pôr em execução das ordens de S. Mag.e., introduzir nella comercio, para que mediante a conveniencia dos lucros, se convide a trabalhar o Povo [...]⁶

O comércio de que trata o documento não é outro senão “as drogas, os generos, as produções de toda a qualidade que offerece este vastissimo e fertilissimo

⁴ Cf. MESGRAVIS, Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.13, n.esp., pp.799-811, 1983. Nesse artigo a autora afirma que “a classe dominante colonial seria uma réplica, ainda que deturpada, da sua contraparte metropolitana”, em que podemos inferir que esses “privilégios” eram importantes para aqueles que almejavam “viver a lei da nobreza”. DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e Costumes de São Paulo (D.I.), v.33, 1901, p.189. *Sobre os privilégios dos Corpos de Auxiliares*.

⁵ D.I., v. 73, 1952, p.88. *Carta ao Conde de Oeyras, S.Paulo 13 de Dezembro de 1766*.

⁶ D.I., v.23, 1896, p.383. *Carta ao Conde de Oeyras. S. Paulo 2 de Fevereiro de 1768*.

Continente”⁷, portanto um comércio baseado na produção agrícola que seria direcionada ao mercado externo, e que teve no porto de Santos seu principal aliado.

Assim, parece que a militarização confiada ao Morgado de Mateus, através das *Instruções* recebidas do marquês de Pombal, embutiam as idéias fisiocratas que se faziam presentes no governo pombalino. E nesse sentido, compartilho as idéias de Heloísa Bellotto que afirma:

*Era antes na agricultura – e no seu conseqüente comércio – que deveria situar-se a recuperação da Capitania.*⁸

Ademais, em várias correspondências entre a Coroa e seus representantes no Brasil foi expressa uma grande preocupação para com o estado da economia, proveniente de uma idéia que procurava vincular este ao problema do povoamento, solução efetiva para a defesa militar. O recém-empossado governador de São Paulo, Morgado de Mateus, em carta dirigida ao conde de Oeyras, futuro marquês de Pombal, dizia: “A raiz de todo o mal hé o methodo da lavoura que se pratica”, e algumas linhas adiante congratulava-se por ter recebido as seguintes providências:

*S. Mag.e que Deos Guarde já tem dado nesta materia huma grandissima providencia na Carta que foi servido dirigirme firmada de sua Real Mão de dous de Julho de mil setecentos e sessenta e seis, em que com admiravel rezolução mandou executar a Ley da policia e prohibir os Citios volantes, e a Ordem para que moradores se ajuntem em Povoações civis de cincoenta vezinhos para cima.*⁹

Essas determinações vinham para a Capitania de São Paulo com o propósito de dar meios ao governador de combater uma das coisas que dificultavam os

⁷ D.I., v. 73, 1952, p.88. *Carta ao Conde de Oeyras, S.Paulo 13 de Dezembro de 1766.*

⁸ BELLOTTO, Heloísa L. *Op. cit.*, p. 216.

⁹ D.I., v.23, 1896, pp.3 e 8. *Cartas ao Conde de Oeyras: Estado Político n.31.* Ver também neste mesmo volume, nas pp. 193 e 194, Carta de 4 de julho de 1767 de D. Luiz Antonio de Souza ao Conde de Oeyras “*Sobre a lavoura e productos naturaes do sólo da Capitania*”.

casamentos: “a vadiação dos homens”.¹⁰ Somente uma agricultura rentável faria o homem do campo, que vivia de um lado para outro, parar e se estabelecer, fincar raízes e, conseqüentemente, valorizar o bem existente sob os seus pés. Isto possibilitaria a sua fixação, sendo uma defesa natural que brota naqueles que vêem “suas casas e famílias” ameaçadas.

As ordens emanadas da Corte eram assimiladas pelo governador e retransmitidas às Câmaras de cada vila, como consta da seguinte ordem sobre a plantação de mantimentos, na qual observamos mais uma vez a importância dada aos aspectos relacionados à economia e povoamento:

Porq.to me consta a grande falta de mantimentos, q.' deixam de produzir-se nesta capitania pela ocioza liberd.e em q.' vive a mayor parte dos seus habitantes, postos em vadiaçam e reduzidos a hua total pobreza, com repugnancia a todo o trabalho, sem cuidarem do seu aumento, e me ser m.to recomendado nas Reaes ordens de S. Mag.e q.'dentre os seus vassallos faça desterrar tam perniciosos vicios pondo-os náquella regularidade e sugeiçam de policia, em q.'devem viver, p.^a q.'sejão uteis a si, e ao mesmo Estado: Ordeno ao Juizes Ordinarios e Officiaes da Camera das Villas desta capitania q.'logo [...], fação produzir [...] dobrada lavoura [...].¹¹

O processo não foi simples, nem tampouco bem-sucedido em todas as suas etapas. Não se limitou unicamente ao governo do Morgado de Mateus, porquanto às vésperas de sua partida, tanto ele quanto o futuro governador, Martim Lopes Lobo de Saldanha, havia recebido instruções do secretário de Estado para que os corpos de auxiliares

...não deveriam ser constituídos apenas por pessoas de posses e sim por aqueles que na paz cultivavam os solos, criavam gado e enriqueciam a terra com seu trabalho e na guerra com armas na mão defendiam das invasões inimigas seus bens, casas e famílias.”¹²

¹⁰ D.I., v. 23, 1896, p.380. *Carta de 31 de janeiro de 1768.*

¹¹ D.I., v.33, 1901, pp. 57 e 58. “*Ordem-circular às Camaras sobre a plantação de mantimentos*” expedida por D. Luiz Antonio de Souza em 29 de abril de 1772.

¹² LEONZO, Nanci. *Op.cit.*, p.223.

A família, desse modo, emergia como elemento importante na constituição dessa tática de defesa territorial, visto que sem ela era impossível a existência de uma população necessária ao estabelecimento de vilas que, por sua vez, ofereceriam o contingente de recrutas para as tropas de soldados.

Para Maria Thereza S. Petrone, o crescimento da produção de açúcar na Capitania de São Paulo deveu-se a uma política de exportação bem dirigida pelos capitães gerais que aproveitaram a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior no período de 1765 até 1808 e procuraram aumentar o movimento dos portos paulistas, especialmente o da vila de Santos.¹³

Dois outros aspectos que estimularam a produção de açúcar em São Paulo foram, para Peter Eisenberg, a guerra de independência das colônias anglo americanas (1776-82), e a guerra de independência e revolução social na colônia francesa de *Saint Domingue* (1791-1804). Estes fatos geraram a desorganização do mercado mundial de açúcar e acarretaram uma alta nos preços do produto por vários anos, estimulando, portanto, os produtores do Oeste paulista, uma vez que nessa época o açúcar se constituía um dos mais importantes artigos de comércio entre as nações.¹⁴

Portanto, segundo Peter Eisenberg,

*O estímulo mais importante para a agricultura paulista naquela época foi a subida rápida dos preços internacionais do açúcar na década de 1790.*¹⁵

Se não podemos negar a influência externa, como sendo fundamental para o desenvolvimento da lavoura comercial, o estabelecimento de uma estrutura portuária e de caminhos de ligação também foram essenciais. As notícias que vinham da

¹³ PETRONE, Maria T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1968, pp.140, 141, 151.

¹⁴ Cf. EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres...* Campinas, S.P.: Ed. da Unicamp, 1989, p.317; PETRONE, Maria T. S. *Op. cit.*, 1968, pp.140 e 151.

¹⁵ EISENBERG, Peter L. *Op. cit.*, p.325.

Europa não poderiam ecoar na Capitania paulista se esta não se encontrasse nas condições mínimas para a produção e seu escoamento.

O papel da restauração de São Paulo em 1765 foi bem mais amplo do que se costuma imaginar, ultrapassando os desígnios militares e visando ao estabelecimento de um povoamento sólido, através do qual poderia fixar uma economia baseada na agricultura comercial. As sucessivas ações governamentais prepararam uma infra-estrutura que possibilitou a exportação de diversos produtos, como mostram alguns mapas de cargas de navios que partiram rumo aos portos europeus, porém o açúcar brasileiro foi agraciado com as altas dos preços que fizeram dele o principal produto na pauta de exportação da Capitania até a primeira metade do século XIX. E a luta por concentrar a população dispersa, ao lado do incentivo ao crescimento populacional foram fatores determinantes para a reconstrução da Capitania.

O resultado da política iniciada pelo Morgado de Matheus para a capitania de São Paulo foi de uma transformação socioeconômica muito significativa, com o surgimento de novos núcleos populacionais e a passagem de uma economia baseada na agricultura de subsistência à exportação de açúcar. Para ilustrar esta situação basta vermos, pelos recenseamentos, que até 1769 o chamado Oeste Paulista tinha apenas duas vilas, Itu e Jundiaí, e que a partir deste ano até 1836, surgiram as vilas de Mogi Mirim, Porto Feliz, Campinas, Piracicaba, Araraquara, Capivari e Franca.¹⁶

¹⁶ MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, pp. 57-66.

2 - ESTRUTURAS DEMOGRÁFICAS DE CAMPINAS: O BAIRRO, A FREGUESIA E A VILA.

A atual cidade de Campinas teve seu princípio a partir da formação de um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo a região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire, se estendia “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”,¹⁷ passando por Jundiaí, Campinas, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Casa Branca e Franca. Outro viajante, o pastor Kidder, após deixar para trás a capital da Província em 1839, e seguir rumo à Campinas, descreveu a entrada desse caminho da seguinte maneira:

*O caminho desenvolvia-se por entre morros e vales, apenas de raro em raro proporcionando uma visão mais ampla. Cada curva da estrada parecia nos levar mais para o âmago de um vastíssimo labirinto repleto de belezas vegetais, apenas levemente tocados, aqui e acolá, pela mão do agricultor.*¹⁸

Se perto da metade do século XIX, o visitante pôde contemplar poucas roças ao longo do caminho, imaginemos o que não teria sido isto por volta de 1740 quando foram distribuídas as primeiras datas de sesmarias na região de Campinas. Para se ter uma idéia mais próxima, o recenseamento da população do “Bayrro do Mato Groço Cam.º de Minaz”, futura vila de Campinas, mostra que a dita localidade pertencia à vila de Jundiaí no ano de 1767, e que era composta por 53 domicílios, ou fogos.¹⁹ Porém, a vida política de Campinas inicia uma mudança em 1774, quando a mesma atinge sua autonomia religiosa ao estabelecer a freguesia de N. Sra. da Conceição das Campinas, e para, ao final do século XVIII, exatamente no ano de 1797, estabelecer a independência política em relação à Jundiaí, tornando-se uma vila, batizada com o nome

¹⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976, p.83.

¹⁸ KIDDER, Daniel P.. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980, p.233.

¹⁹ Fogo é o termo encontrado nas Listas Nominativas de Habitantes e designa o domicílio.

de São Carlos. Assim, temos traçado os três períodos aludidos acima, o bairro, que compreende o momento anterior a 1774, a freguesia, que se inicia neste ano e se estende até 1797, e finalmente a vila, que findou em 1842, quando, então, seu nome de origem voltou a ser restaurado, e nasceu a cidade de Campinas.

A tabela 1 nos dá uma radiografia dos anos de formação e consolidação da vila de Campinas, através da indicação do número de domicílios, da população total encontrada nas listas nominativas ou censos, como também são conhecidos estes documentos, e do número médio de habitantes em cada domicílio.

**TABELA 1: População Total
Campinas: 1767 - 1829**

<i>ANO*</i>	<i>N.º Total de DOMICÍLIOS</i>	<i>N.º Total de HABITANTES</i>	<i>N.º Médio de Pessoas por DOMICÍLIOS</i>
<i>1767</i>	53	268	5,1
<i>1770</i>	59	261	4,4
<i>1774</i>	57	475	8,3
<i>1778</i>	67	448	6,7
<i>1782</i>	93	560	6,1
<i>1786</i>	111	691	6,2
<i>1790</i>	177	1138	6,4
<i>1794</i>	249	1862	7,5
<i>1798</i>	368	2508	6,8
<i>1814</i>	717	5593	7,8
<i>1829</i>	950	8545	8,9

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth [AEL] – UNICAMP).

*Os dados para o ano de 1798 foram coletados em EISENBERG, Peter L. *Ob. cit.*, p.358.

Considerando toda a população, verificamos pela tabela 1 que mesmo incluindo os escravos, a média de pessoas por domicílio nunca foi grande, em todo o período. Nesse sentido, Campinas, mesmo com a crescente entrada de escravos a partir de 1780, manteve a média de habitantes pouco acima da encontrada por Marcílio para toda a Capitania de São Paulo.²⁰ Ao observarmos os anos de 1767/70 e 1774/78 notamos uma ligeira queda no número total de habitantes, entretanto, se levamos em

²⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p.97.

conta que houve um pequeno aumento do número de domicílios nestes intervalos pode-se afirmar que a queda foi maior, afetando, inclusive, a média de moradores por domicílio que decresceu respectivamente de 5,1 para 4,4 e, de 8,3 para 6,7. Isto nos alerta para a mobilidade espacial das pessoas, e até mesmo para o exercício de atividades visto que os indivíduos permaneciam temporariamente longe de seus lugares de origem. Entretanto, como já dissemos, a partir de 1780, as taxas de crescimento foram sempre positivas, e o cálculo da taxa geométrica anual média de crescimento entre 1778 e 1798 foi de 8,9%, valor muito expressivo se comparado ao de Lorena, no Vale do Paraíba, que alcançou 1,8% durante o mesmo período.²¹ O intervalo precedente demonstrou um ritmo de crescimento menor, e a taxa geométrica anual média entre 1798 e 1829 foi de 4,1%.

A partir da última década do século XVIII Campinas passou a ter um crescimento populacional cada vez maior, no entanto cabe frisar que, em grande medida, isto se deveu à expansão da lavoura canavieira, atraindo não só as pessoas de condição livre como também incentivou a entrada maciça de cativos na região. Vejamos a tabela 2:

**TABELA 2: Distribuição da População Total
Por Condição Social
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829**

<i>ANO</i>	<i>CONDIÇÃO SOCIAL</i>			
	<i>LIVRES</i>		<i>ESCRAVOS</i>	
	<i>Números</i>	<i>%</i>	<i>Números</i>	<i>%</i>
<i>1774</i>	388	81,7	87	18,3
<i>1794</i>	1364	73,3	498	26,7
<i>1814</i>	3700	66,2	1893	33,8
<i>1829</i>	3746	43,8	4799	56,2

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

²¹ MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena, S.P.: Editora Stiliano, 1998, p. 56.

Como podemos notar, até 1814, a entrada de livres foi muito importante para o crescimento demográfico da vila campineira em termos absolutos, por exemplo, dos 527 chefes de domicílio que declararam a naturalidade, apenas 67 eram nascidos em Campinas.²² Por outro lado, o aumento relativo da população cativa foi, paulatinamente, se tornando mais expressivo, a ponto desse grupo se tornar majoritário em 1829. Sobre este momento Slenes afirma que “Açúcar e escravidão rapidamente tornaram-se praticamente “sinônimos” em Campinas e o crescimento da população cativa foi explosivo: em torno de 18% ao ano entre 1789 e 1801, e 5% ao ano entre 1801 e 1829.”²³

Estas transformações indicadas acima proporcionaram mudanças significativas nas estruturas dos domicílios, assim distribuimos todos os fogos dos anos estudados pelos tipos de domicílio, conforme classificação usada por Samara²⁴ e que podem ser observados pela tabela 3:

²² Cf. TEIXEIRA, Paulo E. *Mulheres, domicílios e povoamento: Campinas, 1765 – 1850*. Franca, S.P., 1999. Dissertação (Mestrado em História) F.H.D.S.S., UNESP, p. 96.

²³ SLENES, Robert W.. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. *População e Família*, São Paulo, v.1, n.1, jan./jun. 1998, p. 17.

²⁴ SAMARA, Eni de M. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, SECSP, 1989, pp. 26, 27, 189, 190. A escolha dessa classificação para tipificar os domicílios deve-se a alguns critérios adotados pela autora, que favoreceram a análise dos fogos dentro da perspectiva pretendida por esta pesquisa, ou seja, procurar perceber a importância da população livre no processo de povoamento estimulado a partir do governo do Morgado de Mateus. A primeira consideração sobre este modelo é que a categoria Singular representa apenas as pessoas que moravam sós. O tipo Nuclear representa tão-somente pessoas livres, casais, e indivíduos com filhos e netos, mas sempre sem a presença de escravos e/ou agregados. O tipo Extenso seria o Nuclear acrescido de mais parentes. Assim, estas três categorias representam domicílios constituídos apenas por pessoas livres. Os tipos Aumentado e Desconexo caracterizam-se pela presença marcante de escravos e/ou agregados vinculados a eles. A distinção entre ambos se faz, no caso dos domicílios Aumentados, pela presença de um núcleo familiar composto pelo casal/indivíduo e sua prole (filhos e netos), seguido ou não de parentes. Finalmente, o tipo Fraternal corresponde a domicílios sem chefe definido, mas com elementos aparentados, seguidos ou não de escravos e/ou agregados.

**TABELA 3: Tipos de Domicílio.
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.**

<i>TIPOS DE DOMICÍLIO</i>	<i>ANO</i>							
	<i>1774</i>	<i>1794</i>	<i>1814</i>	<i>1829</i>	<i>1774</i>	<i>1794</i>	<i>1814</i>	<i>1829</i>
	<i>Números Absolutos</i>				<i>Números Relativos (%)</i>			
<i>SINGULAR</i>	1	1	15	72	1,7	0,4	2,1	7,6
<i>DESCONEXO</i>	2	25	74	177	3,4	10,1	10,3	18,6
<i>NUCLEAR</i>	17	135	387	444	29,8	54,2	54,0	46,8
<i>EXTENSO</i>	5	2	0	0	8,7	0,8	0,0	0,0
<i>AUMENTADO</i>	32	86	241	255	56,4	34,5	33,6	26,8
<i>FRATERNO</i>	0	0	0	2	0,0	0,0	0,0	0,2
<i>SOMA</i>	57	249	717	950	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

A vida em um meio eminentemente rural parece ter dificultado a sobrevivência de pessoas que residiam sozinhas no bairro do “Mato Groço”, por isso, em 1774, encontramos apenas uma pessoa vivendo assim. A tendência de evitar o isolamento pessoal era uma característica marcada por uma sociedade fortemente influenciada pela cultura indígena. A prática do sítio volante, fortemente criticada pelo Morgado de Mateus, é um exemplo desse intercâmbio cultural. Outro exemplo é o mutirão, forma de trabalho estabelecida por ajuda mútua, em que os membros de um determinado grupo social participavam para suprimir “as limitações da atividade individual ou familiar”. As atividades da lavoura e da indústria doméstica constituíam boas oportunidades para isso, garante Antonio Candido.²⁵ Sobre isto o viajante Luís D’Alincourt descreveu um rancho que ficava próximo ao rio Capivari, antes de chegar à vila de Jundiáí, registrando a seguinte cena:

²⁵ CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*, estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p.68.

...há um pouso, ou rancho [...] e uma casa, em que, nesta ocasião havia um grande número de pessoas, de ambos os sexos; por ser costume juntarem-se muitos para o trabalho a que chamam muchiron na linguagem indiana; e assim passam de umas a outras casas, à medida que vão findando as taréfas: o trabalho consiste em prepararem, e fiarem algodão, e fazerem roçados para as plantações. Desta sorte se empregam a gente pobre, nos meses de Setembro, Outubro e Novembro; e as noites passam-nas alegremente com seus toques, e folias.²⁶

Portanto, viver sozinho em Campinas, fosse para um homem ou para uma mulher, tornou-se uma possibilidade somente quando a vila gerou oportunidades de trabalho que não fosse a agricultura, e isto, como veremos, começou a acontecer a partir da primeira década do século XIX. Porém, foi apenas em 1829 que o número de domicílios singulares tornou-se representativo diante dos demais. É curioso que o aumento de pessoas que viviam sós ocorreu, principalmente, na zona central da vila, onde principiou o processo de urbanização.²⁷

Os domicílios desconexos, por sua vez, passaram a ser mais representativos em 1829, aproximando-se de 20% do total de domicílios, sendo que neste mesmo ano, grande parte deles era encontrada na zona central da vila. Em outras palavras, mesmo indivíduos que viviam apenas na companhia de escravos e/ou agregados preferiam uma área mais segura para viver, fossem homens ou mulheres os chefes dessas casas. Além disso, é muito provável que vários desses senhores de escravos podiam mais facilmente garantir a sobrevivência de seu fogo através dos “jornais de seus escravos”, opção de ganho facilitada pela crescente demanda de serviços gerados pelo aumento da riqueza na vila.

²⁶ D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1976, p.49.

²⁷ Em 1814, dos 15 habitantes que viviam sós, 14 residiam na 1.^a Cia, enquanto em 1829 o número de domicílios singulares na 1.^a e 7.^a Cia, que correspondiam à região central da vila, chegou a 63, ao passo que apenas 9 pessoas moravam sozinhas em bairros rurais. Cf. DAUPHIN, Cécile. *Mulheres sós*. In: DUBY, G., PERROT, M. (Dir.) *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995, v.4, p.481. A autora afirma que o celibato é sempre mais importante “na população urbana”.

Ao descrever o trabalho executado por escravos de ganho na cidade do Rio de Janeiro, Laima Mesgravis aponta para uma série de atividades descritas pelos viajantes da época, executadas por lavadeiras, pequenos comerciantes e vendedores — de capim, carvão de lenha, água, cestos, leite, milho, doces, etc. —, e principalmente por carregadores, fossem de “tigres” (barris destinados ao transporte da matéria fecal) ou de outra coisa qualquer.²⁸

Os dois mais numerosos tipos de domicílio, nuclear e aumentado, repousavam sobre uma base comum: a família composta pelo casal e filhos. A importância desses dois modelos de domicílio para o povoamento encontra-se no fato de serem os representantes e, ao mesmo tempo, responsáveis pela reprodução da maior parcela de livres. Assim, quando o Morgado de Mateus deu ordens ao diretor do povoamento de Campinas, Francisco Barreto Leme, para estabelecer a freguesia, paralelamente o governador emitiu um “bando” destinado a diversas localidades, procurando nelas incentivar o estabelecimento de casais.²⁹ Observando a tabela 3, notamos que no ano da elevação de Campinas a Freguesia (1774), os domicílios aumentados — aqueles compostos pelo núcleo familiar acrescido de escravos e/ou agregados — superavam todos os demais, não só quanto à frequência do tipo de domicílio, mas também quanto ao número de pessoas que viviam nessas casas. Entretanto, a partir desse período, o número de domicílios nucleares cresceu grandemente, elevando a quantidade de pessoas livres a ponto de, em 1794, cerca de metade da população livre ser representada em domicílios nucleares, indicando a

²⁸ MESGRAVIS, Laima. *O viajante e a cidade: a vida no Rio de Janeiro através dos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX*. São Paulo, 1987. Tese (Livre-Docência) - F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo, pp.60-100, 114-120. O termo “tigres” referia-se também aos escravos encarregados do serviço.

²⁹ Cf. D.I., vol. 33, 1901, p. 161. *Bando de 27 de maio de 1774*.

importância de homens e mulheres livres no processo de povoamento dirigido, inicialmente, pelo governo do Morgado de Mateus.³⁰

No ano de 1829, ainda havia o predomínio desses dois tipos de domicílio, mas com o crescimento porcentual dos domicílios singulares e desconexos, associado diretamente, por um lado, à diminuição da população livre, e de outro, ao aumento do número de escravos (cf. tabela 2), notamos que os domicílios nucleares tiveram sua importância reduzida nesse momento do processo de povoamento. As causas disto parecem estar relacionadas ao aumento e concentração da riqueza entre os senhores de engenho, forçando a migração de inúmeras famílias, constituídas de casais e filhos, para as novas terras ao oeste.

Em suma, embora os domicílios nucleares mantivessem expressiva participação diante da composição total dos fogos (46,7%), o que constatamos é que houve uma grande evasão de casais com filhos. A saída dessas famílias de Campinas foi responsável pela estagnação do crescimento da população livre que, em 1814, era de 3.393, e em 1829 atingiu a marca de 3.466 pessoas.

Estudando a estrutura domiciliar na Capitania de São Paulo entre 1765 e 1828, Maria Luiza Marcílio verificou “o forte predomínio da família do tipo conjugal”.³¹ Na cidade de São Paulo, a importância da família nuclear foi atestada pelo estudo de Samara, que demonstrou o domínio desse tipo de domicílio, o nuclear.³² E Ida Lewkowcz afirma que em Mariana, Minas Gerais,

³⁰ A tabela A-1 (Anexos) indica a distribuição da população livre pelos tipos de domicílios.

³¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Op. cit.*, p.98.

³² SAMARA, Eni de M. *Op. cit.*, p.28.

*...na primeira metade do século XIX, percebe-se que a tendência prevalecente era a formação de domicílios simples ou singulares como padrão dominante.*³³

Importante é notar que o termo “simples” refere-se aos domicílios compostos por casais, casais com filhos, e homens ou mulheres — solteiros ou viúvos — com filhos. Esta conceituação está vinculada ao quadro teórico elaborado por Iraci Del Nero da Costa, quando o mesmo realizou diversos trabalhos com os censos de Minas Gerais. Em estudo comparativo entre oito localidades distintas, no princípio do século XIX, o resultado obtido sempre foi favorável aos “ ‘domicílios simples’ (correspondentes às famílias nucleares)”³⁴.

Este foi o contexto, em Campinas, do surgimento de um maior número de mulheres chefes de domicílio que viviam sós (três quartos dos domicílios singulares), e de mulheres que viviam na companhia de escravos e agregados (um terço dos domicílios desconexos). A tabela 4 exemplifica a proporção de mulheres chefes de domicílios:

**TABELA 4: Sexo dos Chefes de Domicílio.
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.**

<i>SEXO</i>	<i>ANO 1774</i>		<i>ANO 1794</i>		<i>ANO 1814</i>		<i>ANO 1829</i>	
	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
<i>MASCULINO</i>	49	86,0	218	87,6	638	89,0	723	76,1
<i>FEMININO</i>	8	14,0	31	12,4	79	11,0	227	23,9
<i>Total</i>	57	100,0	249	100,0	717	100,0	950	100,0

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

A chefia feminina em domicílios sempre existiu ao longo do período estudado, mas somente em 1829, é que passou a ser mais significativa, chegando a compreender quase um quarto do total de domicílios. Outras localidades analisadas, no

³³ LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, 1992. 344p. Tese (Doutorado em História) - F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo, p. 140.

³⁴ COSTA, Iraci del Nero. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982, p.78.

Brasil e na América Latina, indicaram diferentes graus de participação de mulheres que foram responsáveis por suas casas.

Donald Ramos³⁵ encontrou no ano de 1804, em Vila Rica, 45% de mulheres chefes de domicílio. Eni de Mesquita Samara³⁶ anotou 36,8% de chefaturas femininas para a cidade de São Paulo em 1836, enquanto em Assunção, capital do Paraguai, as mulheres eram, em 1846, as responsáveis por 46% das casas, segundo estudo de Barbara Potthast-Jutkeit.³⁷ Em Santana de Parnaíba, A. Metcalf³⁸ assinalou 28% de chefias femininas em 1775, e Díaz e Stewart,³⁹ pesquisando uma localidade baiana chamada Santiago Maior do Iguape, situada numa região canavieira, notaram a presença de 33,2% de domicílios com chefatura de mulheres no ano de 1835. A cidade do México, por sua vez, apresentou 28,3% de chefias femininas em 1811, e 35,5% em 1848, conforme estudo de Silvia Arrom.⁴⁰

Examinando os domicílios chefiados por homens e mulheres, buscaremos entender as modificações operadas pelo processo de povoamento que foi seguido pela expansão da lavoura de cana, responsável direta pelo aumento da riqueza na região.

³⁵ RAMOS, Donald. Single and married women in Vila Rica, Brazil, 1754-1838. *Journal of Family History*, Greenwich, v.16, n.3, 1991, p. 264.

³⁶ SAMARA, Eni de Mesquita. *Op. cit.*, p.37

³⁷ POTTHAST-JUTKEIT, Barbara. The ass of a mare and other scandals: marriage and extramarital relations in nineteenth-century Paraguay. *Journal of Family History*, Greenwich, v.16, n.3, 1991, p.229.

³⁸ METCALF, Alida. Searching for the slave family in colonial Brazil. *Journal of Family History*, Greenwich, v.16, n.3, 1991, p.290.

³⁹ DÍAZ, Arlene J., STEWART, Jeff. Occupational class and female-headed households in Santiago Maior do Iguape, Brazil, 1835. *Journal of Family History*, Greenwich, v.16, n.3, 1991, p.305.

⁴⁰ ARROM, Silvia M. *Las mujeres de la ciudad de México, 1790-1857*. México: Siglo Veintiuno, 1988, p.162.

3- HOMENS E MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIO

Quando observamos o estado conjugal dos chefes de domicílio, notamos que entre os homens a condição de casado impunha-se sobre as demais. As mulheres, por sua vez, tornavam-se chefes principalmente quando ocorria a morte dos maridos, ou seja, em Campinas, as viúvas predominavam como chefes de domicílio. Este é um resultado diferente daquele encontrado para o Brasil, onde as solteiras eram mais representativas.⁴¹

Embora o panorama geral tenha se alterado após 1814, com o aumento do número de solteiros entre homens e mulheres, ainda assim as viúvas sobressaíam como o grupo mais representativo entre as chefias femininas em 1829 (cf. tabela 5).

TABELA 5: Sexo dos Chefes de Domicílio pelo Estado Conjugal e Faixa Etária. Campinas: 1829.

<i>ANO 1829</i>	<i>SEXO MASCULINO</i>			<i>SEXO FEMININO</i>		
	<i>solteiro</i>	<i>casado</i>	<i>viúvo</i>	<i>solteira</i>	<i>casada</i> #	<i>viúva</i>
10-19	0	11	0	6	0	1
20-29	13	121	3	27	9	9
30-39	24	156	6	14	8	17
40-49	9	165	8	15	2	45
50-59	4	106	8	7	3	25
60+	3	62	13	1	1	32
TOTAL	53*	621**	38	70	23	129

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

* Entre os solteiros encontra-se um clérigo.

** Entre os casados acham-se 4 que tinham mulheres ausentes.

Casada com marido ausente.

Obs.: Do total de 950 domicílios, apareceram 8 chefes que não tinham suas idades identificadas e outros 8 homens com estado conjugal indeterminado.

⁴¹ SAMARA, Eni de M. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *História*, São Paulo, v.12, 1993, p. 59.

A tabela 5 ainda informa que além do aumento de solteiros entre os chefes de domicílio, o crescimento foi maior entre as mulheres, algo interessante para uma sociedade que tinha sua base econômica na produção rural, e que, dadas as exigências do ritmo de vida vinculado ao cultivo da terra, havia a necessidade da formação de mutirões e, neste caso, pelo menos a presença da família — mulher e filhos — era fundamental.

Como assinalamos, o ano de 1829 apresentou um grande número de domicílios singulares e desconexos, sendo que nos primeiros eram as mulheres solteiras que predominavam como chefes de domicílio, enquanto os homens solteiros viviam ao lado de um maior número de escravos e/ou agregados, caracterizando a formação de domicílios desconexos. Estaria o aumento do número de domicílios de solteiros em 1829 indicando o princípio da urbanização de Campinas? Se aceitarmos a posição de Donald Ramos, poderemos dizer que sim, pois, segundo ele, “para as mulheres solteiras, a cidade oferecia uma oportunidade melhor”.⁴²

Ser casado, para os homens, representava especialmente constituir-se chefe de uma família com uma mulher e filhos, no caso dos domicílios nucleares, ou então, juntamente com este núcleo familiar, ser servido por escravos e agregados, compondo assim um domicílio aumentado.

O marido ausente, por sua vez, fazia a condição de muitas senhoras casadas, uma vez que encontramos apenas quatro homens casados com mulheres que não estavam presentes no domicílio na época do recenseamento de 1829. Assim, este fato marcava, principalmente, a vida das mulheres. A procura por trabalho, o comércio e

⁴² RAMOS, Donald. União consensual e a família no século XIX – Minas Gerais, Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.20, n.3, set./dez. 1990, p.403. Compartilhando esse mesmo pensamento, Oliveira afirma que a cidade torna “economicamente viável a subsistência da mulher independentemente de um marido”. OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de . *Classe social, família e reprodução: reflexões teóricas e referências empíricas*. São Paulo: FAU-USP, Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979. (Cadernos de Estudos e Pesquisas, 3), p.28; e também DAUPHIN, Cécile. *Op. cit.*, p.480.

o cumprimento dos deveres militares levava muitos homens a irem para lugares distantes.

O abandono da casa podia ser um recurso usado tanto por homens quanto por mulheres, entretanto, parece que no caso delas isso estava associado aos maus tratos e espancamentos sofridos no lar; não obstante, se a ausência fosse justificada por motivos dignos ou não, o resultado demonstra que as maiores prejudicadas eram as mulheres, pois em muitos casos elas não estavam sozinhas, e sua vida tornava-se mais penosa com a criação dos filhos, quando pequenos.

Outro fator que merece destaque é o número sempre maior de viúvas em relação aos homens no mesmo estado, e que está relacionado à diferença de idade entre os cônjuges que, em média, eram de oito a dez anos. Além disso, parece-nos que para o homem as chances de vir a contrair novo casamento eram maiores que para a mulher.⁴³ Segundo os registros paroquiais de casamento de Campinas, de 253 matrimônios realizados entre a população livre de 1774 a 1802, eram viúvos 30 noivos contra 20 noivas na mesma condição. Ao avaliarmos a faixa de idade dessas pessoas, notamos que o maior número de viúvos tinha mais de 60 anos, enquanto as mulheres enviuvadas predominavam na faixa dos quarenta.⁴⁴

Ao consultarmos os inventários, foi comum encontrar no rol de herdeiros os filhos de segunda e terceira núpcias, especialmente entre os homens. As viúvas, como herdeiras de seus maridos, em sua maioria continuavam a reproduzir os

⁴³ Em Salavina, um distrito produtor de trigo na Argentina, portanto com características econômicas semelhantes a Campinas, a situação dos homens viúvos no mercado matrimonial foi mais vantajosa. Cf. FABERMAN, Judith. Família, ciclo de vida y economía doméstica. El caso de Salavina, Santiago Del Estero, en 1819. *Boletín del Instituto de História Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Buenos Aires, Tercera serie, n.12, II semestre 1995, p.42.

⁴⁴ Em Vila Rica (1804) e Mariana (1809), as viúvas foram preponderantes também nessa faixa de idade, porém em Mariana, no ano de 1831, passaram a predominar aquelas que tinham mais de 60 anos. Cf. LEWKOWICZ, Ida., GUTIÉRREZ, Horacio. As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Estudos de História*, Franca, v.4, n.1, 1997, p.139.

padrões existentes entre os domicílios de casais, e por isso foram mais comuns os domicílios *nuclear* e *aumentado* entre elas.

O casamento tardio, como foi atestado por outros estudos⁴⁵, funcionaria como uma forma de controlar a natalidade; entretanto, como explicar isto se havia uma franca política que estimulava não só a formação de casais, como também as funções reprodutoras da mulher, dentro de uma ampla política de povoamento? A questão do pátrio poder deve ter influenciado esse comportamento em razão de que até a idade de 25 anos os filhos estavam sujeitos aos pais, e só começavam uma vida independente a partir dessa idade. Porém, devemos salientar que, à medida que crescia o número de domicílios em Campinas, aumentavam também aqueles que não possuíam filhos.⁴⁶ Observando a tabela 6, que apresenta alguns indicadores estatísticos, notamos que no decorrer das transformações políticas e econômicas processadas em Campinas, houve uma diminuição na média do número de filhos.

TABELA 6: Número Médio, Mediano e Moda dos Filhos de Chefes de Domicílio. Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.

<i>ÍNDICE</i>	<i>ANO</i>			
	<i>1774</i>	<i>1794</i>	<i>1814</i>	<i>1829</i>
<i>MÉDIO</i>	4,19	3,73	3,05	2,79
<i>MEDIANO</i>	4,00	3,00	3,00	2,00
<i>MODA</i>	4	3	1	1

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Para 1814, o valor da moda indicou uma frequência maior de casais com apenas um filho, coexistindo com outros domicílios mais numerosos. Todavia, a

⁴⁵ Cf. HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: DUBY, G., PERROT, M. (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995, v.3, p.56; FLANDRIN, J. L. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1992, p.206.

⁴⁶ As proporções de domicílios sem filhos para os seguintes anos são: 1774 = 15,8%, 1794 = 20,9%, 1814 = 23%, e 1829 = 39,4%. FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

queda do valor mediano de 3 para 2, em 1829, demonstra a presença crescente de casais com poucos filhos.

Quando analisamos a média do número de filhos entre os chefes de domicílio por suas ocupações⁴⁷, podemos perceber que as famílias de senhores de engenho e de negociantes eram as mais numerosas em 1814, chegando a ter, por exemplo, cinco filhos em média. Comparando aos dados de 1829, vimos que mesmo as atividades mais representativas apresentaram uma queda na média de filhos existentes nos domicílios, correspondendo à tendência de queda na média geral, porém notamos que as profissões que tinham maiores rendas eram as que ainda mantinham mais filhos.

Para explicar essa diminuição na média do número de filhos aventamos a possibilidade de que a vila de Campinas, com seu desenvolvimento econômico, teria favorecido a saída de filhos da casa paterna para constituírem novos fogos, fosse na própria vila ou em outras localidades. Para tanto, realizamos o levantamento do número de filhos de pessoas com base nos inventários e testamentos, e embora a amostragem não tenha sido grande e igual para todos os períodos analisados, os resultados apontados na tabela 7 permitem-nos algumas observações.

**TABELA 7: Média do Número de Filhos
pelo Sexo do Inventariado Casado uma vez.
Campinas: 1795 – 1855.**

<i>PERÍODO</i>	<i>SEXO</i>			
	<i>MASCULINO</i>		<i>FEMININO</i>	
	<i>MÉDIA</i>	<i>N.º DE INVENTARIADOS</i>	<i>MÉDIA</i>	<i>N.º DE INVENTARIADOS</i>
<i>1795-1810</i>	5,2	5	6,4	7
<i>1811-1825</i>	6,7	7	5,6	25
<i>1826-1840</i>	6,5	2	3,2	18
<i>1841-1855</i>	7,0	1	8,1	7
<i>TOTAL</i>	6,35	15	5,82	57

FONTE: Inventários e Testamentos (CMU – UNICAMP).

NOTA: Para o cálculo da média não foram considerados aqueles que não tiveram filhos.

⁴⁷ A tabela A-2 (Anexos) apresenta a média de filhos para as principais atividades exercidas pelos chefes de domicílio nos anos de 1814 e 1829.

À primeira vista, asseguramo-nos de que não houve uma queda na média do número de filhos de homens e mulheres, conforme havíamos observado pela tabela 6. Além disso, ao observarmos as médias durante os vários períodos, notamos pouca variação entre elas e superiores às médias calculadas na tabela 6.

Ao dividir nossa amostragem pelo sexo dos inventariados, quisemos salientar duas coisas. A primeira diz respeito à vida em comum de um casal que, no decurso natural de sua existência, estabeleceu a base de uma relação que, se mantida, redundaria na gestação de filhos, salvo casos de infertilidade ou do uso de contraceptivos. Por isso, ao observar a média do número de filhos, sendo os homens os inventariados, notamos uma estabilidade desses números, reflexo de uma vida conjugal que foi afetada pela morte do cônjuge masculino em idade que não prejudicou a constituição da prole.

No período de 1826-1840, a média do número de filhos de mulheres sofreu uma acentuada queda em relação aos demais anos, e isto pode estar ligado à morte da mulher durante o parto.

O momento do parto era arriscado, não somente para as mulheres pobres, mas também para as bem-nascidas. O “passar da hora” era um dos problemas que colocavam em perigo a vida de mulheres e de seus filhos.⁴⁸

Nas disposições testamentárias de dona Marianna de Paula Pereira, ela afirmou que:

*... era casada segundo as Leis do Imperio em facie Ecclesia com o Capitão Antonio Rodrigues do Prado por carta de ametade com quem tenho vivido em perfeita harmonia de cujo matrimonio temos tidos seis filhos já falecidos, e hum, que ainda se acha em minhas entranhas, o qual depois de nascido se me sobreviver o constituo por meu universal e único herdeiro.*⁴⁹

⁴⁸ Cf. GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: DUBY, G., PERROT, M. (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995, v.4, p.231.

⁴⁹ Fonte: Testamento, 6 de abril de 1832. In: Inventário, Centro de Memória da Unicamp (CMU), 1836, Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), 1.º Of., Cx. 73, n.º 1.797, p.5, 5v.

O relato aponta para a incerteza da vida na hora do parto. Maus tratos e espancamentos poderiam contribuir para o nascimento prematuro e uma virtual morte do recém-nascido, porém esta não foi a causa dos falecimentos dos filhos de dona Marianna, que vivia em “perfeita harmonia” com o marido. Mais tarde, quando ela veio a morrer, em 1836, deixou não somente bens materiais, como também dois herdeiros, Antonio (o filho que ela esperava quando escreveu o testamento), com quatro anos, e Amélia, com apenas dois. Portanto, a família do capitão Prado, que poderia ser numerosa, composta do casal e oito filhos, constituía-se agora por apenas três pessoas. Este exemplo ilustra com clareza quanto a morte das crianças poderia influir na composição dos grupos domésticos.

Este é o motivo pelo qual também a média do número de filhos de homens que se casaram pela segunda vez foi maior que a de mulheres.⁵⁰

Portanto, a média do número de filhos, segundo os inventários e testamentos, manteve-se em torno de seis filhos, mesmo entre aqueles que vieram a se casar mais de uma vez.

Estes resultados levam a concluir que os dados obtidos pelos censos servem para avaliar apenas a média do número de filhos presentes nos domicílios, e por isto não podem representar o tamanho da família.⁵¹ Dizer que o domicílio encolheu em razão da diminuição do número de filhos presentes não deve nos levar a achar que a “família como instituição de reprodução tornou-se numericamente menos importante na década de 1820”⁵², como disse Peter Eisenberg.

⁵⁰ Entre 1795 e 1825 encontramos 9 homens e 4 mulheres que haviam se casado pela segunda vez. Entre os primeiros a média no número de filhos foi de 8,5, e entre as mulheres foi de 4,6.

⁵¹ Esta é uma reflexão sobre a crítica feita anteriormente por Flandrin à dimensão média dos lares que foram avaliados pelos censos. Cf. FLANDRIN, Jean-Louis. *Op. cit.*, pp.64 – 68.

⁵² EISENBERG, Peter L. *Op. cit.*, p. 339.

A família continuava a se reproduzir e a ser o fundamento do processo de povoamento, entretanto, a mesma se ramificava, seguindo a marcha para o Oeste.

Descrevendo este movimento ocorrido durante o período de implantação da economia cafeeira, Marina Maluf expõe o pensamento muito apropriado do historiador Amaral Lapa, ao dizer:

Os “primeiros tempos” caracterizaram-se pela antecendência da fronteira demográfica sobre a econômica; são marcados por dificuldades e tensões, e a produção é essencialmente voltada para a subsistência. Quando ambas as fronteiras – demográfica e econômica – confundem-se em termos de mercado, está superada a etapa de subsistência como atividade principal.⁵³

Comentando sobre a razão de sexo da população livre de Campinas, no período de 1800 a 1829, Valter Martins afirma que havia uma tendência ao equilíbrio entre os sexos.⁵⁴ Vejamos a tabela 8:

**TABELA 8: Razão de Sexo da População Livre segundo Faixa Etária
Campinas: 1767 – 1829**

RAZÃO*	1767	1770	1774	1778	1782	1786	1790	1794	1800	1817	1829
- 12	83	95	92	108	76	78	87	111	102	108	124
12 – 60	91	88	90	89	86	80	85	88,6	95	96	84
+ 60	100	250	110	240	130	141	163	133	92	134	127
Total	88	93	92	99	84	82	88	98	98	101	95

*A razão de sexo define-se como sendo o número de homens por um grupo de 100 mulheres.

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp). Os dados para os anos de 1800, 1817 e 1829, foram coletados em MARTINS, Valter. *Op. cit.*, p.32, 33, 34, e em virtude disso os dados para a faixa de -12 corresponde na realidade a faixa de até 9 anos, ao passo que a faixa seguinte corresponde de 10 a 59.

Ao observarmos a tabela 8, notamos a preponderância do sexo feminino entre o segmento livre da população, algo que vem corroborar aquilo que foi

⁵³ MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p.143.

⁵⁴ Cf. MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p.33.

observado por Marcílio para a capitania de São Paulo.⁵⁵ Entretanto, algumas considerações devem ser feitas nesse caso, pois a razão de sexo é desfavorável não só para a população masculina em idade adulta, mas também para a população infantil. Assim, a idéia de que os constantes recrutamentos eram a causa para se entender o predomínio de mulheres deve ser repensado sob a luz de novas investigações. Além disso, os dados acima atestam algo diferente daquilo que foi sugerido por Marcondes, ou seja, de que “no início da ocupação de uma nova região haveria a emigração, principalmente, de homens das áreas mais antigas”. O que notamos no princípio da ocupação de Campinas, quando a mesma era um bairro rural de Jundiá, é a forte presença de casais, caracterizada pelos domicílios nucleares, isto é, aqueles compostos pelo casal, ou o casal com filhos. Assim, o processo migratório para as áreas de fronteira podem ter diferido muito dado o tipo de exploração econômica da referida região, sendo que para o nosso caso a participação das mulheres foi essencial, fosse ao lado de seus maridos, ou mesmo sozinhas.⁵⁶

Ao considerarmos a faixa daqueles que atingiam os 60 anos de idade, notamos uma razão de sexo bastante elevada, indicando que os riscos de morte para as mulheres deveriam ser maiores, especialmente no que diz respeito ao momento de um parto, como já foi assinalado.

Com relação aos filhos dos chefes de domicílio, de maneira geral, podemos afirmar que existe um ligeiro predomínio do sexo masculino. Porém, as tabelas 9 e 10, referentes à razão de sexo entre os filhos de homens, e de mulheres chefes de domicílio, apresentam resultados bem diferentes.

⁵⁵ Cf. MARCÍLIO, Maria L. *Op. cit.*, p.83.

⁵⁶ A chefia feminina de domicílios em Campinas pode ser compreendida em parte por esse processo migratório. Em 1829 haviam 54 fogos singulares dirigidos por mulheres contra apenas 18 liderados por homens. Cf. TEIXEIRA, Paulo E. *Ob. Cit.*, p. 246.

TABELA 9: Razão de Sexo entre os Filhos de Homens Chefes de Domicílio. Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.

<i>ANO</i>			
<i>1774</i>	<i>1794</i>	<i>1814</i>	<i>1829</i>
100	100,9	105,5	104,1

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

A tabela 9 indica que entre os casais havia um equilíbrio entre os sexos dos filhos, com ligeiro predomínio de filhos homens nos anos de 1814 e 1829.

TABELA 10: Razão de Sexo entre os Filhos de Mulheres Chefes de Domicílio. Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.

<i>ANO</i>			
<i>1774</i>	<i>1794</i>	<i>1814</i>	<i>1829</i>
141,6	170,9	132,9	122,3

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Como podemos notar pela tabela 10, os domicílios de chefias femininas tinham maior quantidade de filhos homens, indicando que com a falta do pai, estes permaneciam ao lado da mãe. Embora fossem poucos os domicílios chefiados por mulheres antes de 1829, um grande número deles vivia do campo, e neste sentido os braços fortes dos filhos homens eram necessários a essas mulheres, não só pelo trabalho em si, mas também para servirem como protetores, algo importante num ambiente em que a violência era muito comum, como demonstrou Maria Silvia de C. Franco.⁵⁷ Vejamos a tabela 11:

⁵⁷ Cf. FRANCO, Maria Silvia C. *Homens Livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976, p.39.

TABELA 11: Razão de Sexo dos Filhos de Chefes de Domicílio pelo Estado Conjugal e Sexo. Campinas: 1829.

<i>ESTADO CONJUGAL</i>	<i>SEXO</i>	
	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>
<i>Solteiro</i>	100	100
<i>Casado</i>	212,5	105
<i>Viúvo</i>	119	94

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

No caso das mulheres casadas com maridos que estavam ausentes, a tabela 11 informa que os filhos homens chegaram a ser o dobro do número de filhas. Entre as viúvas havia uma tendência para que os filhos homens permanecessem ao lado de suas mães, enquanto para os viúvos a situação se invertia, não na mesma proporção, mas o suficiente para demonstrar que as filhas representavam um papel importante nesse período da vida de seus pais. Na cidade de São Paulo, também foi encontrada essa “tendência” em relação à permanência de filhas solteiras nos fogos dos pais.⁵⁸

No entanto, a menor proporção de filhas entre os viúvos pode ser explicada pela maior incidência com que aconteciam casamentos entre homens viúvos e outras mulheres, muitas vezes mais jovens que eles. De qualquer forma, a presença de filhos do sexo oposto ao do cônjuge enviuvado parece demonstrar que, na ausência de um dos parceiros, uma parte dos papéis desempenhados pelo companheiro ausente era substituída por um filho, no caso da mãe viúva ou abandonada, e de uma filha, no caso do pai.

A raça, ou cor, como é designada nos censos de 1814 e 1829, demonstra que há uma grande quantidade de chefes de domicílio brancos. Pode ser estranho aos nossos olhos que isto acontecesse em terras onde o elemento branco era minoritário. Talvez o primeiro problema estivesse no olhar do próprio recenseador, ou

⁵⁸ SAMARA, Eni de M. *Op. cit.*, 1989, p.59.

melhor, no que ele entendia por branco, pardo e negro. O segundo dizia respeito aos índios e seus descendentes, pois muitos julgavam-se brancos, como atestou o marechal Rendon. Na tabela 12, os resultados apontam para um “branqueamento” entre os chefes de domicílio, embora houvesse o surgimento de alguns negros nessa posição.

**TABELA 12: Cor dos Chefes de Domicílio.
Campinas: 1814 e 1829.**

COR	1814		1829	
	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
Branca	421	58,8	677	71,5
Não Branca	295	41,2	270	28,5
Total	716	100,0	947	100,0

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: Entre os não brancos há 9 negros declarados em 1829.

Há quatro casos de chefes com a cor indefinida, 1 em 1814 e 3 em 1829.

Ao estudar a tabela 13, descobrimos que em 1814 havia um grande número de moradores pardos provenientes das principais localidades que forneceram habitantes para Campinas, e no caso de Nazaré, Bragança, São João e Mogi, estas exportaram mais pardos que brancos.

No ano de 1829, a presença de pardos oriundos das principais localidades não chegou a um terço, e apenas Nazaré e Bragança permaneceram entre as principais regiões de migrantes, e mesmo nesses dois casos, a vinda maior foi de pessoas brancas. Esses resultados mostram que, nesse momento, a vila funcionou como centro de dispersão da população mestiça, como ocorreu numa área de expansão agrícola da Argentina.⁵⁹

⁵⁹ Cf. FABERMAN, Judith. *Op. cit.*, p.36.

**TABELA 13: Principais Localidades de Origem
pela Cor do Chefe de Domicílio.
Campinas: 1814 e 1829.**

1 8 1 4	<i>PRINCIPAIS LOCALIDADES</i>	<i>COR</i>		
		<i>BRANCA</i>	<i>PARDA</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Nazaré</i>	62	67	129
	<i>Campinas</i>	46	21	67
	<i>Atibaia</i>	37	29	66
	<i>Itu</i>	33	29	62
	<i>São Paulo</i>	33	17	50
	<i>Jundiaí</i>	30	18	48
	<i>Bragança</i>	20	21	41
	<i>São João</i>	15	18	33
	<i>Mogi</i>	13	17	30
	<i>TOTAL</i>	289	237	526
1 8 2 9	<i>PRINCIPAIS LOCALIDADES</i>	<i>COR</i>		
		<i>BRANCA</i>	<i>PARDA</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Campinas</i>	142	30	173
	<i>Itu</i>	69	11	81
	<i>Jundiaí</i>	46	22	70
	<i>Nazaré</i>	38	17	55
	<i>São Paulo</i>	31	13	47
	<i>Atibaia</i>	33	4	37
	<i>Bragança</i>	24	11	35
	<i>Parnaíba</i>	15	10	25
	<i>Santo Amaro</i>	18	5	23
	<i>TOTAL</i>	416	123	546

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: Em 1814 apenas 1 chefe de domicílio de Nazaré não declarou a cor, e em 1829, ocorreu o mesmo com apenas 1 chefe de domicílio de Jundiaí. Em 1829 foram registrados 7 negros no total, sendo 1 de Campinas, 1 de Itu, 2 de Jundiaí e 3 de São Paulo.

Notamos ainda que Campinas passou a ser a primeira localidade a gerar individualmente maior número de chefes de domicílio brancos, seguida por Itu e Jundiaí, duas das mais antigas vilas do velho Oeste Paulista e, por isso, berço de importantes famílias que investiram em terras campineiras. Para Bacellar, as famílias de elite dessas vilas buscavam lugares que as terras cultiváveis eram encontradas ainda com relativa abundância. Portanto, “excetuando-se Campinas, que durante algum tempo atuou exclusivamente como um grande centro de atração imigratória, e portanto

afastado da frente colonizatória, as demais vilas do Oeste firmaram-se como centros de expulsão de habitantes.”⁶⁰

Os domicílios, durante o período da freguesia de Campinas, estavam divididos pelos bairros rurais, e os censos de 1814 e 1829 encontravam-se divididos em Companhias que, infelizmente, não apresentaram a sua localização geográfica. Restamos apenas o conhecimento de que a 1.^a Companhia de 1814 e 1829, e a 7.^a Companhia deste último ano correspondiam à parte central da vila. Contudo, podemos aproveitar essas informações realizando a distribuição dos habitantes pelas Companhias e tentar perceber um aspecto importante do povoamento em Campinas.

TABELA 14: Naturalidade dos Chefes de Domicílio de acordo com a sua Distribuição pelas Companhias. Campinas: 1814.

<i>LOCAL</i>	<i>COMPANHIAS</i>						<i>Total</i>
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	
<i>Nazaré</i>	6	6	5	70	40	3	130
<i>Campinas</i>	13	5	15	11	10	13	67
<i>Atibaia</i>	11	0	29	12	0	14	66
<i>Itu</i>	7	4	8	6	24	13	62
<i>São Paulo</i>	18	4	5	0	22	1	50
<i>Jundiaí</i>	4	7	16	15	1	5	48
<i>Bragança</i>	3	3	11	4	14	6	41
<i>São João</i>	0	7	2	0	21	3	33
<i>Mogi</i>	6	1	2	4	5	12	30
<i>Total</i>	68	37	93	122	137	70	527

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: Nesse ano 190 chefes de domicílio não declararam a naturalidade.

A tabela 14 ilustra a divisão feita para 1814 e mostra que as famílias de migrantes procuravam organizar-se de forma tal que podiam compartilhar a solidariedade de outras famílias que tinham, na localidade de origem, algo em comum. Este tipo de migração, segundo Darroch, consistia na participação de parentes e amigos

⁶⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997, (Coleção Campiniana, 13), p. 104.

que financiavam e assistiam o migrante.⁶¹ Pelos censos, também podemos notar que muitos sobrenomes de fogos vizinhos representavam a associação de seus moradores a um clã maior. A origem familiar de um bairro foi “tendência visível por todo o povoamento de São Paulo antes da imigração estrangeira”.⁶²

Assim, notamos 70 famílias de Nazaré morando na 4.^a Cia, e 40 na 5.^a Cia, ao lado de 24 chefes de domicílio vindos de Itu e 22 de São Paulo. Estes indícios permitem-nos ver a articulação entre as várias famílias através das redes de parentesco, ampliando assim o conceito de família.⁶³

TABELA 15: Naturalidade dos Chefes de Domicílio de acordo com a sua Distribuição pelas Companhias. Campinas: 1829.

<i>LOCAL</i>	<i>COMPANHIAS</i>							<i>Total</i>
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	
<i>Campinas</i>	10	19	30	31	15	25	43	173
<i>Itu</i>	9	6	14	12	6	13	21	81
<i>Jundiá</i>	5	3	23	12	1	6	21	71
<i>Nazaré</i>	3	2	3	28	3	5	11	55
<i>São Paulo</i>	17	6	1	1	0	1	21	47
<i>Atibaia</i>	0	0	20	0	0	2	15	37
<i>Bragança</i>	3	5	7	5	5	3	7	35
<i>Parnaíba</i>	8	3	3	2	0	1	8	25
<i>Sto Amaro</i>	4	2	3	1	0	2	11	23
<i>Total</i>	59	46	104	92	30	58	158	547

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: Nesse ano 403 chefes de domicílio não declararam a naturalidade.

Conforme nos mostra a tabela 15, em 1829, o quadro foi alterado, dando lugar a um maior equilíbrio entre os migrantes de diferentes lugares, sugerindo que o período de grande migração para as áreas rurais estivesse chegando ao fim, pois o

⁶¹ DARROCH, A. Gordon. Migrants in the nineteenth century: fugitives or families in motion? *Journal of Family History*, Cambridge, v.6, n.3, Fall 1981, p.260.

⁶² CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, p.76.

⁶³ Cf. VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Angela M. et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987, p.82.

processo de ocupação das melhores terras já havia se efetivado nesse ano, e a produção do açúcar alcançava os mais elevados índices, indicando a existência de grandes propriedades. Ainda assim, em 1829, a 3.^a Cia abrigava 23 chefes de domicílio provenientes de Jundiá, e 20 de Atibaia, enquanto na 4.^a Cia ainda podíamos achar 28 famílias de Nazaré.

No caso dos migrantes que vieram de São Paulo, constatamos que em 1829, os mesmos se instalaram, preferencialmente, na 1.^a e 7.^a Cia., ou seja, nas regiões centrais da vila onde havia possibilidades para as atividades ligadas ao pequeno comércio e à prestação de serviços, com as quais provavelmente estavam acostumados. O estudo de Maria Odila sobre as mulheres daquela cidade mostra que muitas delas viviam de suas vendas, de suas agências e dos jornais de escravos. Dar continuidade a um trabalho já conhecido poderia ser um caminho mais fácil à adaptação e à sobrevivência desses migrantes.

Comparando as principais atividades exercidas pelos chefes de domicílio entre 1814 e 1829, notamos que um grande número de agricultores e lavradores deixou de exercer essa atividade. Em 1814, eles somavam 291 chefes de domicílio, correspondendo a 55,3% do total que havia declarado sua naturalidade, sendo que, em 1829, não chegaram a 31%, com 167 chefes de domicílio. Ao comentar esse movimento em declínio do número de fogos de agricultores em face do aumento do número de domicílios, Valter Martins sugere que “o crescimento da população caminhou em direção a outras atividades que não a agrícola.”⁶⁴

Sem dúvida, houve aumento do número de negociantes e daqueles que viviam de costura, venda, agências, prestação de serviços e jornais de escravos.⁶⁵

⁶⁴ MARTINS, Valter. *Op. cit.*, p.38.

⁶⁵ As tabelas A-3 e A-4 (Anexos) mostram as atividades dos chefes de domicílio pelas principais localidades de origem nos anos de 1814 e 1829.

Cresceu também o número de senhores de engenho; por exemplo, de Itu, pelo menos desde 1814, vieram representantes das principais famílias desse ramo de atividade. Uma outra indicação de que em 1829 o processo de migração tornou-se bem reduzido é o fato de poucas famílias estabelecerem-se como “morador novo”, ou seja, indivíduos que fundavam um novo fogo ou domicílio. Em 1814, houve o assentamento de 42 novas famílias, ao passo que em 1829, esse número foi de apenas 10, sendo que 7 eram originárias da própria vila.

Estudando a questão da herança em Campinas durante esse período, Dora P. da Costa notou que

*...havia tendência à alta da pressão de recursos fundiários no município em foco, associada à presença da fronteira aberta, ao aumento do grau de capitalização da agricultura que se tornava mais mercantilizada.*⁶⁶

A terra tornava-se mais valorizada, e não apenas as áreas de solo bom, mas aquelas destinadas ao fornecimento de madeira para as caldeiras dos engenhos.⁶⁷ A concentração de terras pelos grandes senhores de engenho passava, não só pelo fato de quererem a ampliação da produção, mas também como forma de garantirem os meios para se efetivar essa produção.

Observando a tabela 16, vemos que de 353 produtores de milho em 1814, eram agricultores 314, sendo que a maioria deles (162) representava um grupo de produtores que detinham uma produção anual acima de 100 alqueires. Para termos uma idéia disto, basta dizer que no ano de 1822, em Rio Claro, Warren Dean calculou que a maioria dos agricultores plantava em média 83 alqueires, enquanto em Campinas a

⁶⁶ COSTA, Dora Isabel P. da. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre a família e população em Campinas, São Paulo (1765-1850)*. Niterói, 1997. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, p.116.

⁶⁷ Cf. MILLER, Shawn W. A madeira combustível na Bahia colonial: conseqüências sociais e econômicas da escassez de combustível, 1549-1820. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.25, n.1, pp.115-145, jan./abr. 1995.

média desse grupo era de 210 alqueires. A produção total da vila em 1814, indicada pelos censos, foi de 50.586 alqueires.⁶⁸

TABELA 16: Produção Agrícola de Milho dos Chefes de Domicílio pelo Tipo de Atividade. Campinas: 1814.

ATIVIDADE	FAIXA DE PRODUÇÃO*				TOTAL
	1-49	50-99	100-999	+1000	
<i>Sr. Engenho</i>	0	1	20	2	23
<i>Administrador</i>	0	0	3	0	3
<i>Planta Cana</i>	0	2	3	0	5
<i>Agricultor</i>	72	80	162	0	314
<i>Lavrador</i>	4	2	1	0	7
<i>Indefinido</i>	0	0	1	0	1
<i>Total de Produtores</i>	76	85	190	2	353
	21,5%	24%	53,9%	0,6%	100%
<i>Total da Produção</i>	2.198	4.898	39.890	3.600	50.586
	4,3%	9,7%	78,8%	7,2%	100%

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: A produção foi dada em alqueires.

Comentando acerca da vinda da família real ao Brasil, Eisenberg diz que o Rio de Janeiro tornou-se um importante centro consumidor do açúcar de Campinas e, pelo que podemos perceber, por outros produtos, como o milho, a ponto de senhores de engenho cultivarem esses produtos em larga escala.⁶⁹

⁶⁸ A medida correspondente para o alqueire diverge entre alguns autores: para Lisanti Filho, é de 13,8 litros; para Friedrich Von Weech, corresponde a 13 litros; e José Lemos Brito assegura que seu valor é de 36,36 litros. Cf. LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais (uma correspondência comercial do século XVIII)*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão, 1973, pp.79-94; WEECH, Friedrich Von. *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.58; LEMOS BRITO, José G. de. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980, pp.352-355.

⁶⁹ O uso do milho foi extremamente valioso no cardápio diário da população. O milho, o feijão e o arroz foram largamente cultivados em Campinas nesse período. Além do uso do milho na alimentação humana, temos que destacá-lo também como produto fundamental para a criação de animais. Sobre a relação desses produtos com uma “economia fechada”, cf. CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, p.51.

**TABELA 17: Produção Agrícola de Milho dos
Chefes de Domicílio pelo Tipo de Atividade.
Campinas: 1829.**

<i>ATIVIDADE</i>	<i>FAIXA DE PRODUÇÃO*</i>				<i>TOTAL</i>
	<i>1-49</i>	<i>50-99</i>	<i>100-999</i>	<i>+1000</i>	
<i>Agricultor</i>	14	20	36	0	70
<i>Lavrador</i>	10	10	10	0	30
<i>Tropeiro</i>	0	0	7	1	8
<i>Venda</i>	0	1	2	0	3
<i>Total de</i>	24	31	55	1	111
<i>Produtores</i>	21,6%	27,9%	49,6%	0,9%	100%
<i>Total da</i>	709	2.055	12.045	2.000	16.809
<i>Produção</i>	4,2%	12,3%	71,6%	11,9%	100%

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

A diminuição da produção de milho em 1829 (cf. tabela 17) está diretamente relacionada à queda do número de produtores, uma vez que a média de produção por domicílio permaneceu em torno de 150 alqueires.

A saída dos senhores de engenho desse grupo de plantadores de milho não quer dizer que tenham parado de cultivar o produto, mas que, nesse momento, a sua produção era apenas destinada ao gasto, pois, como veremos, foi na produção do açúcar que se concentrou a atenção deles.

Assim como o milho, o mesmo aconteceu com o feijão e o arroz, embora a média de produção por domicílio tenha ficado estável. Eram alguns poucos senhores de engenho os responsáveis pela maior parcela da produção, e neste caso a saída de agricultores desse grupo de plantadores teve impacto menor no total da produção.

Quanto ao açúcar, o principal produto de comercialização, sua produção em 1814 era realizada por 58 produtores, sendo que alguns engenhos eram dirigidos por administradores de senhores de engenho que moravam em outras localidades, como São Paulo e Itu.

**TABELA 18: Produção Agrícola de Açúcar dos
Chefes de Domicílio pelo Tipo de Atividade.
Campinas: 1814.**

<i>ATIVIDADE</i>	<i>FAIXA DE PRODUÇÃO*</i>			<i>TOTAL</i>
	<i>1-499</i>	<i>500-999</i>	<i>1.000-4.999</i>	
<i>Sr. Engenho</i>	26	9	11	46
<i>Administrador</i>	0	3	3	6
<i>Planta Cana</i>	6	0	0	6
<i>Total de Produtores</i>	32	12	14	58
	55,1%	20,7%	24,2%	100%
<i>Total da Produção</i>	7.040	8.570	17.300	32.910
	21,4%	26,1%	52,5%	100%

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: A produção foi dada em arrobas.

A tabela 18 mostra que, no ano de 1814, a maioria dos senhores de engenho e daqueles que plantavam cana compunham um grupo de pequenos produtores, enquanto apenas 14 domicílios eram responsáveis por mais da metade da produção do açúcar, que chegou a 32.910 arrobas, o equivalente a 483.777kg.⁷⁰

**TABELA 19: Produção Agrícola de Açúcar dos
Chefes de Domicílio pelo Tipo de Atividade.
Campinas: 1829.**

<i>ATIVIDADE</i>	<i>FAIXA DE PRODUÇÃO</i>				<i>TOTAL</i>
	<i>1-499</i>	<i>500-999</i>	<i>1.000-4.999</i>	<i>+5.000</i>	
<i>Sr. Engenho</i>	19	21	32	1	73
<i>Administrador</i>	0	2	4	1	7
<i>Planta Cana</i>	1	0	0	0	1
<i>Jorn. Escravos</i>	1	0	0	0	1
<i>Agricultor</i>	1	0	0	0	1
<i>Total de Produtores</i>	22	23	36	2	83
	26,5%	27,7%	43,4%	2,4%	100%
<i>Total da Produção</i>	6.077	15.970	86.148	12.000	120.195
	5,1%	13,3%	71,7%	9,9%	100%

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

⁷⁰ O valor adotado para a conversão da arroba foi de 14,7kg, aceito por Lisanti Filho e Lemos Brito, enquanto para Weech o valor seria de 11,67kg. Para as referências bibliográficas, ver nota 68.

Em 1829, a produção de açúcar alvo, redondo e mascavo chegou a 120.195 arrobas, ou seja, em 15 anos a produção quase quadruplicou. A tabela 19 ilustra a produção desse grupo de produtores.

Analisando os níveis de produção, vimos que no período entre 1814 e 1829, Campinas passou por um processo de concentração de riqueza, e que no caso específico dos pequenos produtores, estes tiveram uma queda na participação do total da produção de açúcar. Os pequenos fabricantes, que eram maioria (55,1%) em 1814, passaram a constituir uma parcela mais restrita desse já seletivo grupo, com 26,5% dos produtores de açúcar em 1829. Ao comparar a produção, a diferença é ainda maior, pois em 1814, eles eram responsáveis por 21,4% da produção, ao passo que em 1829, significaram apenas 5,1%, ou seja, eram os 38 maiores produtores (45,8%) os responsáveis por pouco mais de 80% da produção.

Tornar-se um senhor de engenho, a partir de então, parece que foi algo extremamente difícil para os agricultores. A época dos “plantadores de partido”, de roceiros que, com poucos escravos iniciavam uma plantação de cana, ficara no passado, no final do século XVIII, e talvez por isso apenas havia um agricultor entre aqueles que produziam açúcar. Nesse momento, o fabrico do açúcar “dependia de uma dotação prévia de capital, mormente instalações do engenho e escravaria”.⁷¹

⁷¹ MOTTA, José F., NOZOE, Nelson. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.24, n.2, mai./ago. 1994, p.265.

4 - A POSSE DE ESCRAVOS EM CAMPINAS

O estudo dos domicílios em Campinas leva-nos, necessariamente, ao estudo da posse de escravos, uma vez que, como vimos anteriormente, inúmeros fogos eram constituídos pela presença destes elementos, como os domicílios do tipo desconexo e aumentado. Também procuramos demonstrar como o desenvolvimento econômico afetou a constituição dos próprios domicílios, ou seja, com a expansão da lavoura canavieira houve a necessidade de introdução de uma quantidade maior de cativos, o que levou a modificar a composição de vários domicílios. Diante disto, resta-nos fazer algumas colocações acerca da estrutura escravista que foi instalada em Campinas nesse momento histórico.

**TABELA 20: Indicadores Populacionais.
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.**

ESTRUTURA POPULACIONAL	ANO			
	1774	1794	1814	1829
<i>% de Livres na População Total</i>	71,4	65,3	54,1	38,4
<i>% de Agregados na População Total</i>	10,1	8,0	10,9	4,6
<i>% de Escravos na População Total</i>	18,5	26,7	33,8	56,2
<i>% de Escravos dos Agregados na População Total</i>	0	0	1,2	0,8
<i>N.º médio de Pessoas Livres por Domicílio</i>	6,0	4,8	4,2	3,5
<i>N.º médio de Agregados por Domicílio*</i>	2,6	2,4	3,3	2,6
<i>N.º médio de Escravos por Domicílio*</i>	3,5	6,7	9,4	14,7
<i>N.º médio de Escravos dos Agregados por Domicílio*</i>	0	0	9,2	7,3
<i>N.º médio de Pessoas por Domicílio</i>	8,4	7,5	7,8	8,9

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Nota: * Para a obtenção do número médio foram considerados apenas os domicílios onde havia a presença de escravos, agregados e escravos de agregados.

Verificando alguns indicadores populacionais ao longo de vários anos, constatamos uma proporcional queda do número de pessoas livres dentro da população total, ao passo que o número de escravos seguiu na direção inversa, ou seja,

proporcionalmente a sua população foi crescendo, até superar, de forma absoluta, a população de livres.

Pelo exposto na tabela 20, constatamos que o número médio de habitantes camufla um processo de queda na participação da população livre no decorrer dos anos, cuja diminuição chega ao seu ponto mínimo em 1829, quando grande parte das famílias de livres era constituída de 3 a 4 pessoas em média. A variação decrescente sofrida pela população livre indica que a sociedade campineira sofreu uma transformação significativa, deixando de ser uma sociedade “rural de autoconsumo” — com um elevado índice de livres —, para ser uma região de “agricultura voltada para a comercialização”, em que a presença de escravos, principalmente, tornou-se preponderante.⁷²

Na base dessa sociedade, o escravo passou a ganhar maior importância para o estabelecimento de uma economia agrária voltada ao comércio, e em 1814, quando a vila de Campinas não tinha completado vinte anos de existência, a mesma já despontava como uma região com forte presença de mão de obra escrava, para em 1829 superar a antiga vila de Itu, e muitas outras.⁷³

O agregado, por sua vez, designado por Eni de Mesquita⁷⁴ como aquele que nada possuía de seu, foi encontrado aqui até como senhor de escravos, embora sendo ínfima a parcela de agregados com essa condição social. Isto demonstra

⁷² COSTA, Iraci Del N. *Op. cit.*, 1982, pp.90, 91. Nesse estudo de diversas localidades mineiras do início do século XIX, o professor Costa propõe quatro categorias para a classificação de localidades: Urbana, Intermédia, Rural de Autoconsumo e Rural-Mineradora. Embora o nosso estudo seja de apenas uma sociedade, o longo período permitiu visualizar, pelo menos, duas estruturas bem distintas em Campinas: Rural de Autoconsumo e Rural-Mineradora.

⁷³ Luna e Klein, estudando a posse de escravos em algumas localidades de São Paulo em 1829, apontaram para as seguintes médias de escravos por proprietário: Itu = 11,0; Mogi = 4,6; São Paulo = 4,9. Em Campinas, nesse ano a média foi de 14,7. Cf. *Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. Estudos Econômicos*, São Paulo, v.20, n.3, set./dez. 1990, p.370.

⁷⁴ MESQUITA, Eni de. *O papel do agregado na região de Itu - 1780 a 1830*. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977 (Coleção Museu Paulista, série História, v. 6). p.42. A autora aponta os agregados como sendo parentes, amigos ou estranhos que se congregavam a um grupo familiar.

que o termo “agregado” não se destinava a rotular apenas pessoas desafortunadas. Além disso, outro aspecto importante a ser notado é que o agregado, enquanto mão de obra auxiliar, poderia em uma economia de subsistência ter o seu papel mais valorizado, pois em 1774, a participação desse grupo correspondeu a 50% da mão-de-obra escrava, podendo ser disputada por diversos senhores de terras.⁷⁵

Essa desvalorização do papel desempenhado pelo agregado sob o aspecto de mão-de-obra suplementar numa economia comercial não ocorreu somente em Campinas. Ao ser feita a distribuição da população geral de Itu como livres, escravos e agregados, entre os anos de 1773 e 1829, observamos que a participação deste último grupo também foi decrescente, partindo de 10% para 4%.⁷⁶

Enfim, a baixa participação dos agregados em 1829 denotou o estabelecimento efetivo da ordem escravocrata na região, impedindo o “processo de socialização que levaria as populações marginais a se integrarem plenamente no mundo que as circundava”.⁷⁷ Em oposição a esse quadro de crescimento do número de escravos, a cidade de São Paulo, em seu processo de urbanização, encontrou no agregado a solução para ocupar o lugar do escravo.⁷⁸

Todavia, embora tivesse ocorrido um aumento da população escrava de maneira geral, o que percebemos é que a posse de escravos sempre foi importante fator de diferenciação social e econômica, constituindo em prestígio para os seus

⁷⁵ Em 1774 havia 5 sítios “por carta de venda”, 8 por “escritura”, 7 em “terras devolutas”, 9 “sítio em posse”, e 10 “sítio a favor”.

⁷⁶ MESQUITA, Eni de. *Op. cit.*, p.47.

⁷⁷ CAMPOS, Alzira Lobo de A. A configuração dos agregados como grupo social: marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n.17, jul./dez. 1984, p.44.

⁷⁸ Cf. KUZNESOF, Elizabeth A. The puzzling contradictions of child labor, unemployment, and education in Brazil. *Journal of Family History*, Thousand Oaks, v.23, n.3, July 1998, p.229. O aumento da população agregada em São Paulo foi o seguinte: 1765 = 4,7%, 1802 = 20,7%, 1836 = 26%.

detentores, o que vale dizer que a propriedade escrava constituía grande parte de sua riqueza. Assim, ao utilizarmos o índice de Gini para cada um dos anos estudados, notamos o aumento da concentração de riqueza na localidade campineira, expresso pelo aumento do índice de Gini de 0,46 em 1774 para 0,52 em 1794, e de 0,63 em 1814 para 0,67 em 1829.⁷⁹ Tais informações permitem notar a intensificação do processo de concentração de riqueza na forma de escravos entre o final do século XVIII e início do XIX, momento este em que a lavoura canavieira assumiu importante papel econômico na vila campineira.

Confirmam essa posição os resultados apresentados pela tabela 21 que mostra a distribuição percentual dos escravistas e seus cativos por faixas de tamanho de plantéis, vejamos:

**TABELA 21: Distribuição Porcentual dos Proprietários de escravos e de Cativos de Acordo com Faixas de Tamanho dos Plantéis (FTP).
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.**

<i>FTP</i>	<i>% de Proprietários</i>				<i>% de Escravos</i>			
	<i>1774</i>	<i>1794</i>	<i>1814</i>	<i>1829</i>	<i>1774</i>	<i>1794</i>	<i>1814</i>	<i>1829</i>
<i>1</i>	24,0	16,2	19,8	21,4	6,9	2,4	2,1	1,5
<i>2 – 4</i>	60,0	39,2	39,6	26,9	43,7	15,8	11,6	4,9
<i>5 – 9</i>	12,0	18,9	16,4	16,2	22,9	17,1	11,7	7,2
<i>10 – 19</i>	0,0	20,3	8,4	14,4	0,0	39,2	12,4	13,7
<i>20 – 39</i>	4,0	4,1	9,4	9,5	26,5	14,5	27,8	17,2
<i>40 e +</i>	0,0	1,3	6,4	11,6	0,0	11,0	34,4	55,5
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

Obs.: % = distribuição percentual.

⁷⁹ “O índice de Gini corresponde a um coeficiente estatístico largamente utilizado para medir concentração de renda e riqueza. (...) quanto mais regularmente se distribui a renda ou riqueza, mais próximo de zero estará o valor do índice (zero no limite); correlativamente, quanto mais concentrada estiver a riqueza ou renda, maior será o valor do aludido índice que, no máximo, iguala-se à unidade.” LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE/USP, 1981, p.121, nota n.º 4. Utilizamos a variável “posse de escravos” como uma *proxy* da variável “riqueza”.

Ao considerarmos os proprietários de pequenas escravarias, ou seja, aqueles com menos de 5 cativos, notamos que os mesmos agregam a maior parte dos senhores ao longo dos anos selecionados. Entretanto, quando avaliamos a posse de escravos nas mãos desses mesmos senhores notamos um movimento de queda dos números, representando a perda de importância desse grupo que, em 1774, detinha 50,6% de toda escravaria e, em 1829, chegou a compor apenas 6,4%.

Por outro lado, há o crescimento constante de escravistas com mais de 40 cativos, e os mesmos passam a ser os responsáveis pela maior concentração de escravos nos anos de 1814, com 34,4%, e em 1829, com 55,5%. O número médio de escravos por proprietário para essa mesma faixa correspondeu a 50 cativos em 1814, e 70 em 1829.

Quando analisamos a proporção entre homens e mulheres na população escrava, percebemos nitidamente que a vinda de cativos do sexo masculino tornou-se preponderante, principalmente, a partir de 1794, momento que os engenhos começaram a proliferar na freguesia, conforme atesta a tabela 22:

**TABELA 22: Razão de Sexo da População Escrava pela Faixa Etária
Campinas: 1778 – 1829**

RAZÃO*	1778	1782	1786	1790	1794	1800	1817	1829
- 12	66	47	81	60	89	118	96	103
12 – 60	106	131	123	119	163	213	266	259
+ 60	300	250	200	350	600	600	411	644
Total	100	103	108	99	145	194	234	234

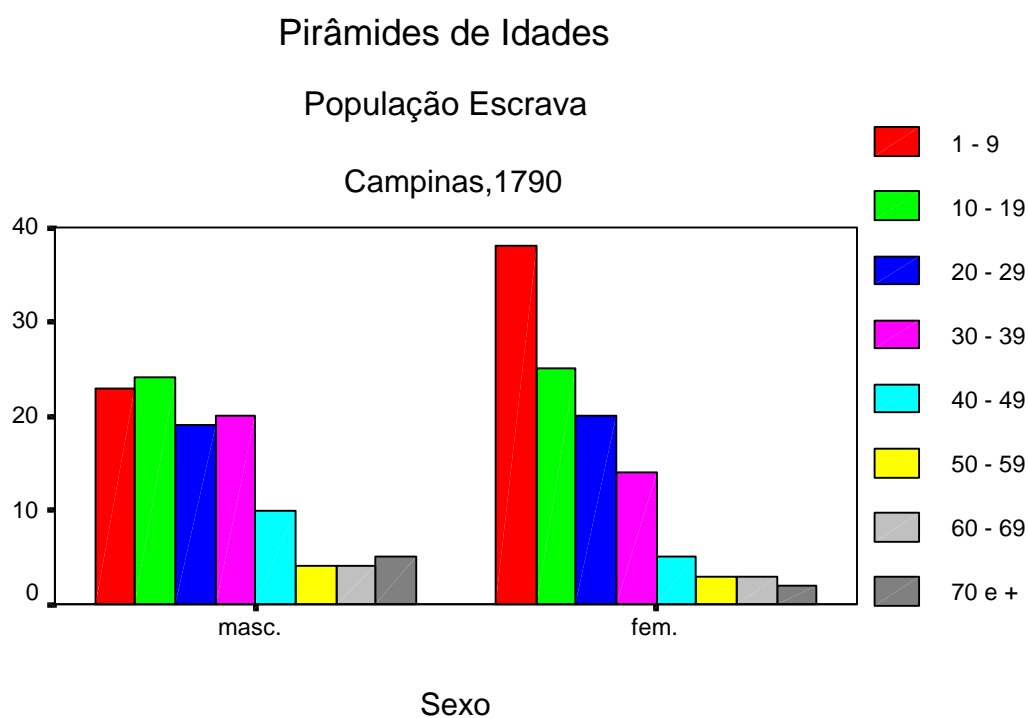
*A razão de sexo define-se como sendo o número de homens por um grupo de 100 mulheres.

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp). As Listas de 1767 e 1770 não registraram nenhum escravo, e a de 1774 apenas indica o número total de cativos em um fogo. Os dados para os anos de 1800, 1817 e 1829, foram coletados em MARTINS, Valter. *Op. cit.*, p.32, 33, 34, e em virtude disso os dados para a faixa de -12 corresponde na realidade a faixa de até 9 anos, ao passo que a faixa seguinte corresponde de 10 a 59.

Embora houvesse a preferência por escravos do sexo masculino para o trabalho no campo, um certo equilíbrio entre os sexos pode ser notado até cerca do ano

de 1790, quando então as razões de sexo atingem 145 em 1794, 194 em 1800, 234 em 1817 e 1829. Sem dúvida, a lavoura canavieira mudou o comportamento dos escravistas em relação ao tipo de escravo a ser adquirido. Até 1790, podemos dizer que havia um equilíbrio entre os sexos dos cativos, especialmente daqueles que se encontravam na faixa de 10 a 29 anos, porém, a partir de 1794, o interesse dos senhores passa a ser em comprar homens de 20 a 29 anos. Vejamos dois gráficos que ilustram esse momento de transição.

GRÁFICO 1



Fonte: Lista Nominativa de Campinas, 1790.

O gráfico 1 evidencia que a faixa de crianças (1 – 9 anos) do sexo feminino sobressaía diante das demais, uma constante verificada nas Listas Nominativas analisadas desde 1778. Esse comportamento assemelha-se ao encontrado por Motta⁸⁰

⁸⁰ Cf. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p.230, 278.

para o caso de Lorena em 1801. Embora seja difícil estabelecer algumas respostas para tais situações, alguns paralelos podem ser traçados em relação às crianças cativas. O primeiro deles refere-se ao tamanho dos plantéis em que viviam esses escravos, pois a maioria encontrava-se naqueles que possuíam um maior número de escravos, favorecendo não só as relações sexuais entre os mesmos, mas a própria existência da família escrava. Um segundo ponto está vinculado justamente “ao efeito que o desenvolvimento dessas famílias poderia ter sobre o próprio tamanho dos plantéis onde elas estivessem. (...) ao que tudo indica, a família escrava responde pela transformação de um plantel médio em um grande”.⁸¹

Assim, em 1778, o Sargento-mor João Roiz da Cunha mantinha, em seu domicílio, três famílias de escravos, Matheos e Maria, juntamente com dois filhos, Jozé, 42 anos, casado com Thereza, forra, ao lado de quatro filhos, e mais Francisco e Anna, com três filhos. Além destes, o Sargento tinha mais quatro escravos, totalizando 18 indivíduos. Alguns anos depois, em 1782, o plantel do Sargento modificara-se um pouco, pois ele não possuía mais os quatro últimos escravos, e a escrava Maria, mulher de Matheos, havia morrido naquele ano, porém, graças às famílias escravas, o número do plantel mantinha-se o mesmo.⁸²

O gráfico 2, por seu turno, apresenta uma configuração em que o desequilíbrio entre os sexos dos escravos começará a ser verificado, especialmente, nas faixas adultas de 10 a 39 anos, com a preferência pelo trabalho masculino. Diante disso, a expansão da família escrava sofrerá conseqüências pela falta de parceiros entre eles, embora não obstruindo a existência da mesma, segundo Slenes.⁸³

⁸¹ MOTTA, José Flávio, *Ob. Cit.*, p. 279, 280.

⁸² Fonte: Lista Nominativa de Campinas, 1778, fogo 5, e 1782, fogo 4.

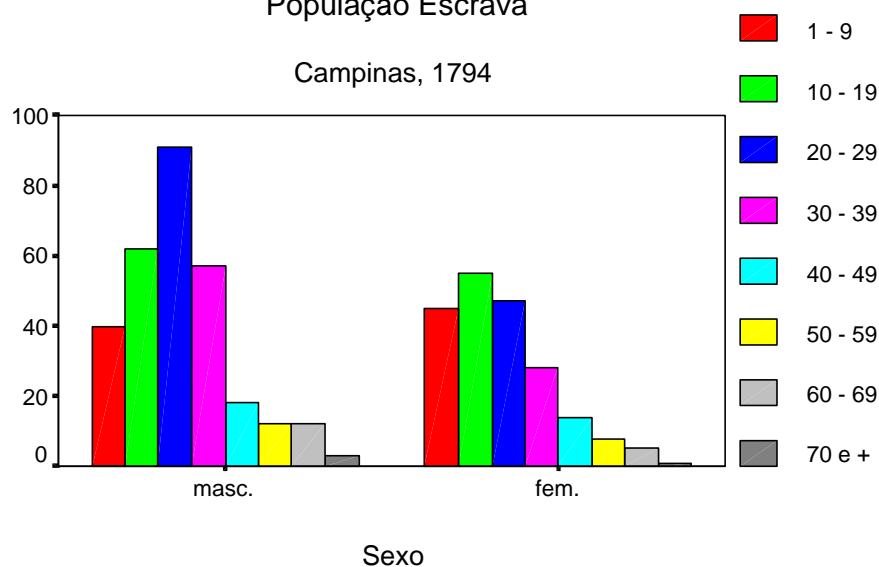
⁸³ Cf. SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 75.

GRÁFICO 2

Pirâmides de Idades

População Escrava

Campinas, 1794



Fonte: Lista Nominativa de Campinas, 1794.

Os dados apresentados na tabela 23 para a faixa de pequenos plantéis nos levam a concordar com a idéia de que uma grande barreira aos casamentos religiosos entre escravos era o pequeno rol de potenciais cônjuges. Por outro lado, entre os plantéis com 10 ou mais escravos, a razão de sexo pode determinar a proporção de homens e mulheres casados. Para o ano de 1778, notamos o predomínio do elemento feminino entre os cativos, favorecendo não só o casamento para os homens como também possibilitando a oportunidade de escolha de seu cônjuge. Este caso pode demonstrar como um dado sistema demográfico está associado a sua base econômica, podendo gerar a alteração em uma determinada variável demográfica, como o sexo.

**TABELA 23: Casados e Viúvos como Porcentagem dos Escravos e Escravas de 15 anos ou mais, por Tamanho de Faixa de Plantel
Campinas, 1778, 1801, 1829**

Tamanho de Faixa de Plantel	Homens com 15 anos ou mais			Mulheres com 15 anos ou mais			Razão de Sexo entre a população com 15 anos ou mais		
	1778	1801	1829	1778	1801	1829	1778	1801	1829
1 – 9	19,2%	32,8%	20,0%	31,2%	39,2%	31,4%	163	123	170
10 e +	58,3%	29,3%	23,4%	42,8%	68,8%	60,2%	86	231	309
TOTAL	31,5%	30,1%	23,0%	36,6%	58,2%	55,4%	126	192	286

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp), 1778. Os dados para 1801 e 1829 foram coletados em SLENES, Robert W. *Op. cit.*, p. 75, Tabela 1.

Assim, procuramos mostrar que a entrada da lavoura canavieira em Campinas alterou a estrutura demográfica do contingente cativo que, forçadamente, foi instalando-se na região.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os preços do açúcar estimularam o povoamento em Campinas, mas só “no final da década de 1790”, garantiu Eisenberg⁸⁴; portanto, os habitantes que se instalaram antes desse momento eram, principalmente, pessoas que se fixaram com o apoio familiar antes dos preços do açúcar começarem a subir. Até 1814, esse processo de crescimento, baseado na migração de pessoas oriundas de localidades diversas, favoreceu o crescimento da população livre de um modo geral. A partir do momento em que esse processo sofreu um arrefecimento, a população livre não acompanhou o aumento da população escrava, que a ultrapassou em 1829. Estas idéias sugerem que, enquanto havia terras disponíveis e de fácil acesso às populações de outros lugares, estas, incentivadas por parentes ou amigos, vinham e se instalavam, contribuindo assim

⁸⁴ EISENBERG, Peter L. *Op. cit.*, p. 347.

para o crescimento de livres. Porém, nos anos que sucederam 1814, em que as grandes fazendas passaram a ocupar cada vez mais espaço para ampliar sua produção, e a importação de escravos se fez mais necessária, notamos a estabilização da população presente nos domicílios sem escravos, portanto livre.

Em suma, através da população livre e sem escravos, proveniente de um processo migratório originado de uma política de povoamento baseada no estímulo ao comércio, que Campinas viu o grande crescimento populacional da freguesia e vila. Porém, a partir da primeira década do século XIX, a economia açucareira determinou uma mudança profunda no perfil demográfico, importando mais escravos e dificultando a entrada do contingente populacional livre de pardos e brancos pobres, que passaram a ir mais para o Oeste, onde as terras de boa qualidade, acompanhadas de outros estímulos, atraíam os novos moradores. Assim, lugares como Piracicaba, Rio Claro, Araraquara e outros devem ter sofrido processo colonizador semelhante.⁸⁵

Reiteramos nossa idéia de que, especialmente na década de 1820, o processo migratório de livres para Campinas estagnou e sofreu uma inversão. A diminuição da população livre parece ter ocorrido pela saída destas pessoas para outras áreas, e não porque a localidade tivesse perdido alguma área para a fundação de uma outra vila, visto que Campinas sofreu modificações em seu território apenas em 1844, quando Santa Bárbara, que pertencia ao município de Piracicaba (ex-Vila Nova da Constituição), uniu-se a Campinas. Se a Freguesia de Campinas foi beneficiada com a vinda de muitos casais para o fortalecimento de seu núcleo populacional, nesse momento, era ela que começava a contribuir para a formação de novas vilas.

Ao consultar o recenseamento de 1822, referente a Rio Claro, Warren Dean comentou que dos 231 domicílios existentes, quase 50% dos chefes de família

⁸⁵ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 27, 32, 33, 36, 40, 183.

*...tinham nascido fora do povoado, em locais geralmente próximos e um pouco distanciados das regiões ainda inexploradas. A maioria tinha vindo de Mogi-Mirim, Bragança e Nazaré, municípios a sudeste, com uma alta proporção de pequenas propriedades em declínio. Alguns eram de Campinas e Itu, ao sul, uns poucos eram oriundos de municípios mais distantes [...]*⁸⁶

Esse acontecimento interferiu também na população de agregados em Campinas que, durante praticamente todo o período, se manteve estável, porém caiu numérica e proporcionalmente com a população livre sem escravos.

Eni de Mesquita, em seu estudo sobre o agregado em Itu, salientou que a família agregada estava associada à “necessidade de braços para o trabalho”.⁸⁷ No contexto de Campinas, essa mão-de-obra livre deixou de ser necessária, embora continuasse a existir. O crescimento das fazendas e senzalas parece ter ocupado os antigos espaços destinados aos agregados.

Este também foi o contexto do surgimento de um maior número de mulheres chefiando domicílios próprios.⁸⁸ Até 1814, eram poucos os domicílios nessa condição, e os que havia compunham um grupo predominante de viúvas que residiam nos bairros rurais, vivendo como agricultoras, ocupação que, nesse ano, reuniu o maior índice de chefias femininas. Porém, de maneira semelhante a muitos agricultores do sexo masculino, as mulheres nessa condição parecem ter sofrido grandes pressões para

⁸⁶ DEAN, Warren. *Op. cit.*, p. 22. Ao observarmos essas informações e as compararmos com a tabela 15, notaremos que em 1814 Nazaré foi a localidade que mais forneceu moradores para Campinas, enquanto em 1829, os moradores daquela freguesia estavam se dirigindo para o Oeste, no caso específico, Rio Claro.

⁸⁷ MESQUITA, Eni de. Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: a família agregada em Itu de 1780 a 1830. *Revista de História*, São Paulo, v.53, n.105, jan./mar. 1976, p.39.

⁸⁸ Cf. RAMOS, Donald. *Op. cit.*, 1990, p.404. Nesse estudo, o autor pesquisou várias localidades de contextos econômicos distintos, encontrando de forma comum domicílios chefiados por mulheres, exceto “em uma área de expansão econômica”. O exemplo de Campinas, por meio dessa pesquisa, demonstra exatamente aquilo que o autor não encontrou em Minas.

deixar a terra. Para a maioria, talvez a única opção, sem deixar a vila, foi partir para o centro da mesma, e ali comprar ou alugar uma casa. Viver de esmola, vender alguma coisa, costurar, enfim, era necessário adaptar-se à nova vida, e muitas o fizeram.

Se a Lista Nominativa de 1829 revelou as mulheres chefes de família, a mesma fonte permitiu conhecer também os grandes senhores de engenho. Esta elite agrária provinha de localidades vizinhas que, a exemplo de Itu, encaminhavam seus filhos para Campinas a fim de adquirirem terras, estabelecerem engenhos e multiplicar suas rendas. Ao estudar a produção dos engenhos, bem como a população cativa que neles trabalhava, percebemos a alta taxa de concentração dessas formas de riqueza nas mãos de uma minoria. As poucas mulheres que faziam parte desse grupo eram viúvas que utilizaram diferentes estratégias para administrarem seus bens.⁸⁹ Somente diante dessas informações podemos entender as elevadas médias de escravos por escravistas bem como a crescente concentração de cativos nas mãos de uma elite que se engrandeceu com o açúcar.

⁸⁹ Cf. TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *Op. cit.*, pp. 139-159, para um estudo detalhado sobre as mulheres chefes de domicílio que eram viúvas em Campinas.

ANEXOS

**TABELA A-1: População Livre Distribuída
pelos Tipos de Domicílio.
Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829.**

TIPOS DE DOMICÍLIO	ANO			
	1774	1794	1814	1829
SINGULAR	1	1	15	72
DESCONEXO	3	39	120	312
NUCLEAR	99	682	1618	1625
EXTENSO	25	9	0	0
AUMENTADO	213	484	1273	1269
FRATERO	0	0	0	5
TOTAL	341	1215	3026	3283

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

**TABELA A-2: Número Médio de Filhos pelas
Principais Atividades dos Chefes de Domicílio.
Campinas: 1814 e 1829.**

ATIVIDADE	MÉDIA		ATIVIDADE	MÉDIA	
	1814	1829		1814	1829
<i>Não Declarada</i>	2,67	2,41	<i>Senhor de Engenho</i>	4,98	3,68
<i>Esmola</i>	2,25	1,63	<i>Administrador</i>	3,00	3,33
<i>Costura</i>	3,18	2,07	<i>Planta Cana</i>	3,33	3,00
<i>Venda</i>	2,50	3,24	<i>Agricultor</i>	3,07	3,05
<i>Agencias</i>	4,00	2,31	<i>Lavrador</i>	2,47	2,61
<i>Jornaleiro</i>	1,98	2,36	<i>Tropeiro</i>	3,80	3,04
<i>Prestação Serviço</i>	3,22	2,45	<i>Cargos Públicos</i>	2,33	3,00
<i>Seu Trabalho</i>	5,00	2,78	<i>Militar</i>	3,00	0
<i>Negociante</i>	5,00	3,05	<i>Artes</i>	3,00	0
<i>Jornais dos Escravos</i>	1,00	3,50	<i>Nada Colheu</i>	2,59	2,75
<i>Seu Juro</i>	2,00	0	<i>Morador Novo</i>	2,23	2,86

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

TABELA A-3: Atividade dos Chefes de Domicílio pelas Principais Localidades de Origem. Campinas: 1814.

<i>ATIVIDADE</i>	<i>LOCALIDADES</i>									<i>Total</i>
	<i>C</i>	<i>A</i>	<i>I</i>	<i>SP</i>	<i>J</i>	<i>B</i>	<i>N</i>	<i>M</i>	<i>SJ</i>	
<i>Não Declarada</i>	1	2	2	2						7
<i>Esmola</i>	1	3	1	2		1	6	2		16
<i>Costura</i>	4		1	1		1	1			8
<i>Venda</i>	1		1	2	1		2			7
<i>Agências</i>				4				1		5
<i>Jornaleiro</i>	5	8	2	1	5	3	13	5	2	44
<i>Prestação Serviço</i>	5	3	2	4	2	1		2		19
<i>Negociante</i>	1			1		1				3
<i>Jornais dos Escravos</i>				1						1
<i>Senhor de Engenho</i>	7	1	11	1	5			1	1	27
<i>Administrador</i>			2	1						3
<i>Planta Cana</i>	1		1		1		1			4
<i>Agricultor</i>	25	37	22	24	19	27	90	12	23	279
<i>Lavrador</i>	2	2		1		1	2	1	3	12
<i>Tropeiro</i>	3	3			2		1	1		10
<i>Cargos Públicos</i>								1		1
<i>Clérigo</i>				1						1
<i>Artes</i>			1							1
<i>Nada Colheu</i>	2	7	8	3	4	1	4	2	2	33
<i>Morador Novo</i>	8		8	1	6	5	10	2	2	42
<i>Seu Juro</i>	1				1					2
TOTAL	67	66	62	50	47	41	130	30	33	526

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

SIGLAS: C = CAMPINAS; A = ATIBAIA; I = ITU; SP = SÃO PAULO; J = JUNDIAÍ; B = BRAGANÇA; N = NAZARÉ; M = MOGI; SJ = SÃO JOÃO.

TABELA A-4: Atividade dos Chefes de Domicílio pelas Principais Localidades de Origem. Campinas: 1829.

<i>ATIVIDADE</i>	<i>LOCALIDADES</i>									<i>Total</i>
	<i>C</i>	<i>A</i>	<i>I</i>	<i>SP</i>	<i>J</i>	<i>P</i>	<i>B</i>	<i>N</i>	<i>SA</i>	
<i>Não Declarada</i>	5		6	2	1		1		1	16
<i>Esmola</i>	3	3	1	2	5	1	2			17
<i>Costura</i>	13	1	6	3	9	5	1	4	2	44
<i>Venda</i>	5	1	1	1		1	1	6		16
<i>Agências</i>	18	8	2	3	6	2	2	6		47
<i>Jornaleiro</i>	5	1			4					10
<i>Prestação Serviço</i>	11	1	7	13	11	2	1	2	7	55
<i>Seu Trabalho</i>	4		1		2		1	3	2	13
<i>Negociante</i>	9	1	8	7	3	1	4	4	2	39
<i>Jornais dos Escravos</i>	3	1	2	4		1	1		1	13
<i>Senhor de Engenho</i>	18	2	18	6	3	4		2	2	55
<i>Administrador</i>	2		1	1			1		2	7
<i>Planta Cana</i>	3									3
<i>Agricultor</i>	14	14	9	2	14	2	3	4		62
<i>Lavrador</i>	42		12	1	8	3	13	22	3	104
<i>Tropeiro</i>	11	3	5		3	1	2	2		27
<i>Cargos Públicos</i>			1			1			1	3
<i>Clérigo</i>			1	2						3
<i>Artes</i>						1				1
<i>Nada Colheu</i>					1		1			2
<i>Morador Novo</i>	7	1			1		1			10
TOTAL	173	37	81	47	71	25	35	55	23	547

FONTE: Listas Nominativas de Campinas (AEL – Unicamp).

SIGLAS: C = CAMPINAS; A = ATIBAIA; I = ITU; SP = SÃO PAULO; J = JUNDIAÍ;
P = PARNAÍBA; B = BRAGANÇA; N = NAZARÉ; SA = SANTO AMARO.